



resenha

de política exterior do brasil

n.º I março, abril, maio e junho de 1974

1. diretrizes do governo geisel
2. presidente geisel visita bolívia
3. objetivos da revolução na política exterior
4. chanceler brasileiro na oea
5. projeto lagoa mirim
6. bacia do prata
7. políticos e diplomatas: o diálogo indispensável

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores



entre as publicações editadas pelo Itamaraty insere-se agora a
resenha de política exterior do Brasil.

terá ela a periodicidade trimestral e o caráter documental, reunindo discursos, pronunciamentos, notícias e textos de atos oficiais relacionados com a política externa brasileira.

destina-se a **resenha**, especialmente, à consulta dos que, por força das funções que exercem ou dos estudos a que estão dedicados, necessitem conhecer em tempo útil os princípios, os objetivos e o desenvolvimento de nossas relações exteriores.

Brasília, 1.º de novembro de 1974.

1. Em seu pronunciamento na primeira reunião ministerial, o Presidente Ernesto Geisel traça as diretrizes do seu Governo, que, continuando a Revolução modernizadora de 1964, fundamenta sua doutrina estratégica no binômio do Desenvolvimento e da Segurança. No que se refere especificamente à política externa, obedece ela a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais, em prol do progresso da humanidade e da paz mundial. A ação diplomática estará sempre alerta "para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos indispensáveis". pág. 7

2. O encontro dos Presidentes do Brasil e da Bolívia, na histórica cidade de Cochabamba representa, nas palavras do próprio Presidente Geisel, "não um início, mas uma nova etapa no tradicional processo de identificação de objetivos e ideais das duas nações". Os documentos assinados entre os dois países constituirão um passo decisivo no caminho da aceleração dos seus respectivos processos de desenvolvimento, possibilitando maior intercâmbio nos diversos campos da atividade humana e tornando mais promissoras as perspectivas de mútua complementação econômica. pág. 17

3. Ao assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Azeredo da Silveira fixa as linhas fundamentais que nortearão sua tarefa de assistir o Presidente da República na formulação e execução da política externa do Brasil. Ressaltando que a primeira responsabilidade da diplomacia brasileira é para com a América latina, reconhece também que não menos relevantes são as tarefas da nossa diplomacia em esferas mais amplas ou mais distantes geograficamente. A política exterior do Governo brasileiro caracteriza-se pelo claríssimo propósito de abrir para o Brasil as opções do futuro e de preservá-las integralmente, pág. 19

4. Perante a IV Assembléia da Organização dos Estados Americanos, em Aflanta, o Ministro de Estado, Azeredo da Silveira, analisa as relações interamericanas e fala das necessidades da América latina, advertindo que nossa visão não deve deformar-se

por uma timidez excessiva, nem por um entusiasmo exagerado. A América, e em particular a América latina, possuem características próprias, que exigem, mesmo no quadro maior das relações globais, soluções adequadas às necessidades particulares da região. Princípios e normas devem ser estabelecidos para que se garanta uma segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, através da qual nossos países possam fazer sempre o melhor uso de suas potencialidades econômicas e de suas forças de trabalho. Fala também sobre a necessidade de uma reestruturação do Sistema Interamericano, de um maior sentido programático que atenda à necessidade de buscar não só soluções tópicas para cada problema, mas também uma nova estrutura para as relações interamericanas nos campos econômico e social. pág. 25

5. Em Brasília, ao formalizar, através da troca de Notas, o consenso dos Governos brasileiro e uruguaio, no ampliação das finalidades da Comissão do lagoa Mirim, o Ministro de Estado lembra que o Brasil tem dado prova eloqüente do desejo de tornar cada vez mais operativa a colaboração bilateral. A assinatura do acordo abre amplas possibilidades de desenvolvimento integral da lagoa Mirim. pág. 33

6. Pregando um sistema de maior cooperação econômica com desenvolvimento regional e integração física e, ao mesmo tempo, lembrando a necessidade da criação do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento do Bacia do Prata, o Chanceler brasileiro reafirma, no Plenário da VI Reunião de Chanceleres, que o Brasil jamais faltou com seu apoio firme e decidido à política de solidariedade continental e, de modo especial, à entidade regional da Bacia do Prata. pág. 35

7. No seu primeiro contacto com as Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, no Dia das Nações Unidas, o Ministro de Estado fala sobre a importância do diálogo entre legislativos e Chancelarias. Reconhece as realizações da ONU, preocupa-se com o tratamento de um meio-ambiente ameaçado pela poluição e faz menção especial à questão da independência dos territórios portugueses na África, que tanto preocupa as Chancelarias de todo o mundo. Reitera, ainda, a fé e confiança do Brasil na ONU e nos propósitos e princípios da Carta de São Francisco e proclama que é dever de todas as nações construir a nova ordem pública dos oceanos. pág. 41

Discurso do Presidente Geisel
na primeira reunião ministerial realizada no
Palácio do Planalto, Brasília, em 19 de março de 1974

diretrizes do governo Geisel

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da
República,

Excelentíssimos Srs. Ministros,

Esta primeira reunião ministerial é o marco inicial de uma ação de equipe que espero venha a se estender, coordenada e perseverantemente, por todo o nosso período governamental, para o devido cumprimento das pesadas responsabilidades que assumimos.

Entendo que, na ampla e complexa escala da problemática nacional, não cabe atribuição que seja estritamente da responsabilidade única e total de determinado Ministério. Toda ação de governo é hoje necessariamente integrada, em face das repercussões inevitáveis de dependência, mais ou menos estreita, entre os vários setores em que, através de planos, programas e projetos, se desdobra a multiforme atividade — gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora — do Governo. Essa realidade indiscutível exige máxima coesão da equipe ministerial, assegurada por freqüentes e francas discussões de grupo, em reuniões formais ou informais, dos problemas que a defrontem. Não pode, nem deve haver compartimentações, pois estas, geralmente, são frustrantes e propiciadoras de erros, por vezes irreparáveis. Estou certo de contar com a total adesão dos Senhores Ministros a este processo de trabalho. De outra parte, não lhes faltará, a qualquer tempo e em tudo que o requerer, a minha interferência coordenadora, exercida pessoalmente ou através de delegação. Em todos os casos, assumi-

rei plena responsabilidade pela decisão final que, de direito e de fato, couber ao Presidente da República.

Em contrapartida à ampla liberdade de debate que assegurarei e espero ver implantada nos vários escalões da administração pública, deve haver, necessariamente, leal e disciplinado acatamento à decisão que afinal for tomada, no momento certo, pelo Chefe responsável.

Em pronunciamento público já salientei que a Revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio do Desenvolvimento e da Segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável.

O desenvolvimento de uma Nação é, necessariamente, um desenvolvimento integrado, o que não implica, de forma alguma, progresso linear, paralelo, entre os vários setores, admitindo-se, ao contrário, defasagens impostas por fatores conjunturais e pela sempre limitativa disponibilidade de recursos e, bem assim, por decisão estratégica de avanço mais rápido, a princípio, em setores considerados prioritários. Importa reconhecer, entretanto, que retardos excessivos em qualquer parte da ampla frente da ação governamental acabarão, inevitavelmente, por frear o progresso em todos os outros setores.

De forma semelhante, no quadro da segurança nacional, o processo de seu reforço é também essencialmente integrado, de vez que esse processo é o mesmo do próprio desenvolvimento nacional, aplicado apenas em campo especializado e mais restrito. O mínimo de segurança indispensável resulta, pois, da interação devidamente balanceada dos diferentes graus de segurança alcançados ou desejados, em cada um dos seus setores componentes.

Cabe salientar, ainda, a estreita vinculação que se estabelece entre esses dois processos aqui apresentados distintamente — o do desenvolvimento nacional e o da segurança — ambos integrados nas suas áreas peculiares, mas, também, integrados entre si.

Organicidade, integração e articulação sistemática devem reger, portanto, em todas as atividades do governo, tanto na área do desenvolvimento quanto na esfera mais limitada da segurança nacional. Daí, a exigência de planejamento, programas e projetos integrados, ação governamental integrada e, pois, um Ministério também integrado, coeso e bem coordenado.

Na escolha dos destacados nomes que compõem a minha equipe de governo, levei especialmente em conta o elevado potencial de cada um para o trabalho em grupo e espero não me ter enganado. Quanto a mim, zelarei sempre para que assim funcione o escalão superior do governo, inspirando, de alto a baixo, a praxis administrativa. Estou convicto de que, só deste modo, somando energias e livremente confrontando idéias, poderemos dar conta da ingente tarefa que nos foi cometida, de impulsionar este portentoso país, em mais uma etapa, decisiva e larga, de progresso acelerado para seus grandes destinos.

Certo é que recebemos valiosa herança dos governos da Revolução, os quais, nesses últimos dez anos, conseguiram alçar o Brasil à posição de destaque no quadro das novas potências emergentes, com um mercado interno que se situa entre os dez maiores do mundo ocidental e um Produto Interno Bruto, este ano, da ordem de sessenta e seis bilhões de dólares. Após uma fase de sacrifícios inadiáveis, onde se impuseram como prioridades o combate à inflação, a remodelação das instituições econômicas e a instauração da credibilidade externa e, paralelamente, a criação de um clima de ordem, estabilidade, dedicação ao trabalho e confiança no futuro — passamos a colher índices de desempenho altamente satisfatórios: taxas de crescimento do produto real.

desde 1968, entre 9 e 11,5% ao ano; inflação cadente e neutralizada, em suas maiores distorções, pela correção monetária e pelo sistema das minidesvalorizações cambiais; balanço de pagamentos superavitários, permitindo o acúmulo de reservas que, em dezembro de 1973, se elevaram a mais de seis bilhões de dólares.

Principalmente no governo do Presidente **Médici**, com o alto dinamismo da economia, registraram-se os maiores indicadores de prosperidade da história moderna do país, esperando-se atingir, em 1974, um nível de renda **per capita** superior a 600 dólares.

A grande expansão e diversificação de nosso setor externo, realizadas nesses dez anos, levou o comércio exterior do Brasil ao valor de doze bilhões de dólares em 1973, o que possibilita ao país enfrentar confiantemente os desafios mais sérios do futuro.

Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial — como a grave crise de energia, escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos — determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional.

Os grandes êxitos alcançados e o espírito de unidade dos governos da Revolução, mantido a despeito do salutar rodízio de pessoas próprio do regime democrático, recomendam uma linha mestra de continuidade de ideais e de planos para a ação governamental.

Continuidade, todavia, não significa imobilismo. E, se temos forçosamente de nos adaptar àquelas novas circunstâncias externas, as quais representam sérios desafios, devemos não só aperfeiçoar os mecanismos institucionais de coordenação da política do desenvolvimento e segurança, mas, por outro lado, atender a novos objetivos e a novas prioridades que decorram, naturalmente, do estágio de progresso mais elevado já alcançado pelo país.

Assim, em alguns casos, variará o esforço principal do ação do governo e graduar-se-ão diferentemente os esforços secundários. Isso não significativo, entretanto, que se pretendo abandonar o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, ainda vigente por este ano, mas que, de fato, tratar-se-á de completá-lo, prolongá-lo e de complementá-lo através do Segundo Plano em elaboração, dentro de diretrizes básicas análogos, porém adequados à presente situação e à sua possível evolução nos próximos anos.

Por o tanto, contamos com a confiança e cooperação que o povo de nossa terra tem dado aos governos da Revolução de 1964 e que certamente também não nos **faltarão**.

política externa. pragmatismo responsável

Assim, no campo da **política externa**, obedecendo a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs do circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos o ação diplomático alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos indispensáveis.

segurança e ordem

Quanto ao **setor político interno**, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, para gradual, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acaba-da dos princípios da Revolução de 1964. Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país, sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como

potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação político criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.

É evidente que isso não dependerá tão-somente, do Poder Executivo federal, pois reclama, em larga medida, colaboração sincera e efetivo dos outros Poderes da Nação, bem como a dos demais órgãos de Governo nas esferas estaduais e mesmo municipais, inclusive para seu próprio saneamento e consciente autodisciplina. Dependerá necessariamente de que o espírito de contestação de minorias trêfegas ou transviadas, perturbador da vida do país, irresponsável ou demagógico, com apelo até às armas do embuste, da intrigo ou do violência, acabe por exaurir-se, ante repúdio geral, pelo reconhecimento pleno da realidade hoje incontestável que é a da implantação definitiva de nossa doutrina revolucionária.

E não se acoime esta de antidemocrática quando ao que ela visa, em verdade, é o aperfeiçoamento, em termos provavelmente realistas, das práticas democráticas, adequando-as melhor às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país, a salvo porém de atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, só desejam de fato destruí-la ou, em proveito próprio, viciá-la.

Aos organismos intermediários que, nos mais variados setores de atividade, compõem todo o rico complexo da sociedade brasileiro, não só lhes reconheceremos e garantiremos o pleno exercício dentro das limitações estatuídas em lei, mas poderemos até aceitar-lhes a colaboração desinteressada, leal e nunca impositiva, ou mesmo incentivar e auxiliá-los em seus nobres e elevados propósitos, desde que julgados de benemerência ou utilidade real para o país. O que lhes não poderemos nem devemos outorgar, no resguardo da própria dignidade do poder federal, será a intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativo do Governo, a crítica quando desabusada ou mentirosa, as pressões insistentes e descabidos que partam de quem não tem o mínimo de compromisso inerente ao múnus público.

estratégia econômica

No quadro do **desenvolvimento econômico**, nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança.

Ao contrário, adotaremos as mesmas linhas-mestras da política que até agora vem sendo seguida com benefícios comprovados para o país e extraordinários êxitos por todos atestados. Estamos convencidos, porém, de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança em face de alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo.

Às fortes influências inflacionárias que ora nos chegam do exterior, responderemos com redobrada vigilância na contenção da inflação, mantendo os mecanismos de controle de preços e salários ainda indispensáveis à contenção de pressões altistas. Buscaremos enquadrar o controle dos preços em esquemas normativos melhor definidos e, no que for possível, semi-automáticos, a salvo, portanto, do arbítrio pessoal sujeito a erro~ de julgamento e até a impulsos não de todo conscientes, e de modo que nunca se penalizem os esforços válidos de melhoria da produtividade nem se estabeleçam privilégios indefensáveis ou disparidades entre produtores. A par disso, as medidas monetárias e fiscais cabíveis deverão ser tomadas, para proteção do consumidor em geral e das iniciativas empresariais, das quais depend,!! o próprio desenvolvimento acelerado do país.

Deve admitir-se, no entanto, que a crise internacional de matérias-primas críticas exigirá o realinhamento de vários preços internos como os de derivados de petróleo, que terão de ascender necessariamente a um justo patamar mais elevado, admitido um escalonamento como, por exemplo, entre óleo diesel e gasolinas comum ou de superior índice de octanagem, em função da significação econômica do consumo. A alternativa a esse realinhamento seria a criação ou manutenção de subsídios expressos ou insumidos, por todos os títulos desaconselháveis e mesmo injustos, por incentivar desperdícios e obrigar muitos, se não todos, a pagar pelo consumo conspícuo de poucos. A verdade também deve reger no setor da economia.

Em todo caso, tais reajustes corretivos não deverão servir de pretexto à retomada de corrosivas e irresponsáveis expectativas inflacionárias. Nesse sentido estaremos vigilantes.

Por outro lado, impacto diverso, não menos importante, das mudanças ocorridas na estrutura internacional de preços deverá sentir-se em nosso balanço de pagamentos. Serão bem mais altas, por conseguinte, as necessidades de ingresso líquido de capitais estrangeiros — possivelmente o dobro em 1974 do que precisamos no

ano anterior. Torna-se pois recomendável a manutenção, em áreas não-estratégicas, da mesma política sábia de tratamento equânime e até mesmo favorecedor que vem sendo concedido ao capital estrangeiro, sobretudo capitais de risco, para os quais o Brasil constitui uma área singular de elevada atração.

Os altos níveis de liquidez mundial, em particular a disponibilidade, em busca de aplicações rendosas e garantidas, de vultosos e crescentes recursos em capital livre no mundo árabe, ao qual nos ligam antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus, hoje tão bem integrados na sociedade brasileira e, de outro lado, a credibilidade internacional que o Brasil grangeou, pelo seu excepcional desempenho econômico e, mais concretamente, pelo alto nível de suas reservas cambiais, tornam muito viável o ingresso desses recursos, sob a forma tanto de capitais de empréstimo como de risco.

Devemos evitar porém que, no futuro, a dívida externa cresça despropositadamente às nossas exportações. Para tanto, importará sobremaneira aumentar as vendas ao exterior, agressivamente, e eliminar quaisquer desperdícios na pauta das importações. Insistiremos, ao mesmo tempo, para que tratamento justo, se não preferencial como deveria ser, seja dado às nossas exportações pelos países mais desenvolvidos, os quais sempre timbraram, por longos anos, em estimular a industrialização das áreas subdesenvolvidas e não podem agora, paradoxal e irresponsavelmente, bloquear-lhes a exportação de manufaturados sob a alegação de competição favorecida.

Prioridade número um da estratégia econômica será a de manter altas taxas de crescimento do produto real, compatíveis com as registradas nos últimos anos, objetivando nova etapa, superior, de consolidação de uma economia moderna, principalmente nas áreas mais desenvolvidas do país. O alto nível de investimentos públicos e privados, a vitalidade de nossa indústria e a potencialidade de nossa agricultura justificam a esperança de que possamos continuar crescendo rapidamente, não obstante as vicissitudes que assaltam hoje a economia mundial. Para isso, impor-se-ão, naturalmente, a revisão de prioridades e, não menos essencialmente, a eliminação de todo desperdício, de modo a extrair-se o máximo resultado de nosso continuado e intenso esforço de desenvolvimento.

Assim, a par de uma ação tenaz no sentido de reduzir nossa dependência quanto a fontes externas de energia — e vai nisso um redobrado apelo à pesquisa em áreas petrolíferas promissoras e ao aumento continuado de nossa capacidade de refino — ou, r 10 menos, de assegurar o suprimento a prazo médio e se possível longo, de mercado nacional a preços dos mais reduzidos, atenção toda !!specia! será dada, na área da infra-estrutura, ao impulsionamento do programa nacional de corredores de transportes, como solução moderna e integrada para os problemas da circulação de bens, criados por uma economia já complexa e diversificada — tanto corredores de exportação como os que atendam à importação ou a interesses industriais — mas com ênfase particular à modernização, eletrificação e desenvolvimento do sistema ferroviário, à ampliação e maior eficiência do transporte fluvial e marítimo, dispensando, na medida do possível, onerosos afretamentos ao reparlamento dos portos e à pavimentação dos rodovias. A escassez de combustíveis líquidos confere ênfase ainda maior a essa prioridade, aliás já considerada no Governo Médici, recomendando-se também esforços prioritários quanto ao aproveitamento racional de novos recursos hidrelétricos ainda disponíveis e quanto à intensiva preparação do país para a era da energia nuclear, seja através da pesquisa de jazimentos de minerais físeis, seja pela absorção da tecnologia de alta especialização, característica desse setor sofisticado, sem que se esqueçam, ademais, as possibilidades do aproveitamento de outras fontes de energia como o carvão, o xisto e a energia solar, por exemplo.

redução de dependência

No **setor industrial**, cabe salientar a importância de alcançarmos, no mais curto prazo, nossa maioridade em dois setores básicos, além do siderúrgico — o da indústria eletrônica, especialmente quanto a computadores, e o da indústria de bens de capital que ainda nos oferece a possibilidade de substituir importações. Da mesma forma deveremos reduzir nossa dependência de fontes externas no que respeita a matérias-primas básicas como, principalmente, metais não-ferrosos e produtos químicos, inclusive fertilizantes e petroquímicos.

incentivo à pesquisa

Em particular, na **mineração** — desafio prioritário a que devemos atender decididamente até

fins desta década — urge incentivar a pesquisa e a lavra em moldes adiantados, atraindo a colaboração indispensável da iniciativa privada, com vistas tanto a satisfazer nossas próprias necessidades cada dia mais acrescidas de um consumo ainda excessivamente dependente do exterior, como desenvolver mais a exportação de minerais abundantes no país na forma mais nobre possível.

tecnologia

No que se refere ao setor crítico do desenvolvimento **tecnológico**, com aplicação especial nos setores industrial, da agropecuária e da infra-estrutura, trataremos de criar instrumentos que induzam as empresas, privadas e públicas, nacionais e as estrangeiras com sede no país, a **se** engajarem no esforço primacial de elaboração e adaptação da tecnologia. Nesse particular, sendo notoriamente escassas nossos disponibilidades tanto em capital como, sobretudo, em pessoal qualificado, daremos nítida prioridade à tecnologia relativa ao aproveitamento de recursos tropicais autóctones, não disponível por certo no exterior, recorrendo sem vexame, no demais, 00 cabedal de conhecimentos já desenvolvidos em outros países, pelo qual pagaremos nada mais que o justo preço, tanto em termos de divisas como de garantias, sob estrita vigilância que resguarde uma autêntica transferência de tecnologia sempre atualizado e, assim, a futuro autonomia do país. Às grandes empresas estatais caberá proeminente papel no desenvolvimento tecnológico nacional — pois são evidentes as deficiências, para tonto, do empresariado privado em geral. Proeminência caberá também aos órgãos de pesquisa mantidos ou apoiados pelo Governo, cujas atividades precisam ser bem coordenados e orientadas especialmente para o setor do pesquisa aplicada e devidamente entrosadas com as atividades dos possíveis usuários no campo empresarial.

Não descuidaremos, por outro lado, de limitar, o mais possível, as alarmantes deseconomias que entre nós resultam do desperdício irresponsável na utilização de recursos naturais, mesmo os mais escassos, assim como de velar pela adoção de práticos racionais contra a poluição ambiental, valendo-nos do dramático experiência de outros países, embora sem descabidos exageros que venham o tolher o nosso desenvolvimento econômico. Nossa estratégia de desenvolvimento continuará voltada, por outro lado, para o conjugação da ocupação econômico do território brasileiro com

o impulsionamento à produção agrícola, pecuária, agro-industrial e à indústria de mineração, em áreas novas do Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia, tendo em vista inclusive a exportação.

Trata-se, muito em especial, pela expansão da fronteira agrícola nessas áreas, bem como pelo aumento da produção em áreas já ocupadas onde o preço da terra em exagerada ascensão impõe milagres de produtividade, de dar ao Brasil condições efetivas para realizar plenamente sua vocação de grande supridor mundial de produtos agrícolas, pecuários e agro-industriais não tradicionais — a soja, o sorgo, milho, carne, madeira e celulose, frutas tropicais e alimentos industrializados. As oportunidades que se oferecem ao país, nesse particular, são excelentes em face da fome mundial por produtos tais e das exigências crescentes de nossa população em franca expansão, seja numérica, seja em sua capacidade de demanda efetiva, tratando-se, ademais, de setor em que se pode esperar resposta bem mais rápida às medidas de promoção e incentivo.

Juízo é reconhecer que, desde 1964, muito se tem feito pela nossa agricultura, se não tanto pela pecuária especialmente no campo do crédito rural e do mecanismo dos preços mínimos. Ressaltemos, por outro lado, que os preços médios recebidos pelos agricultores têm subido, nos últimos anos, em proporção bem superior aos preços industriais. Contudo, em matéria de agropecuária ainda temos longo caminho a percorrer, seja no aperfeiçoamento dos próprios mecanismos de crédito e de preços, de seguro e extensão rural, assistência técnica, pesquisa e seleção genética, seja também na difusão do uso de insumos modernos, de armazenagem e formação de estoques reguladores, seja ainda no aperfeiçoamento dos mecanismos de comercialização. E isso, no fundo, é bastante promissor pois mostra quanto poderemos multiplicar nossa produção, a prazo curto, se aplicados remédios adequados a tais deficiências.

Nesse quadro, talvez o problema mais importante a enfrentar seja o de como levar ao setor agrícola, em amplas proporções, a capacidade empresarial que já se mostrou capaz de criar a economia industrial e urbana que o país hoje apresenta. Instrumentos novos e eficazes deverão ser criados com vistas a implantar-se, nas diferentes regiões agrícolas e a exemplo do que já se vem fazendo em áreas do Centro-Sul, a empresa agrícola, com estrutura e comportamento comparáveis à empresa industrial e de serviços. Isso, sem prejuízo das preocupações sociais do Governo quanto ao desenvolvimento rural.

Programas como o de Integração Nacional, PROTERRA, PROVALE e PRODOESTE, em sua nova etapa, deverão levar em conta a diretriz antes definida. Serão complementados por novos programas diretamente orientados para essa frente prioritária, como o Programa de Áreas Integradas do Nordeste, já em início de execução, e o Programa da Agro-indústria do Nordeste, com projeto em fase final de elaboração.

Desta forma, o esforço de integração nacional adquire nova dimensão — a ocupação de espaços praticamente virgens irá, não apenas contribuir para a expansão do emprego e do produto interno bruto, mas permitirá ao país, ademais, sem prejuízo do abastecimento interno, ampliar expressivamente o volume de suas exportações para obtenção de divisas cada dia mais indispensáveis.

No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país cabe assinalar que, da evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge, pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial para que venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete, até mesmo para maior conforto e estímulo aos outros dois setores, hoje praticamente em confrontação direta.

saneamento financeiro

No **campo estritamente financeiro**, ao ressaltar o surpreendente potencial de poupança da população que as estatísticas comprovam, cumpre reconhecer que se impõe ao Estado cuidar do pronto saneamento e do paulatino e seguro fortalecimento do mercado de capitais, não receando a captação de recursos externos sob ajustado controle, nem abandonando, à própria sorte, os pequenos investidores, inclusive nas minorias notadamente desprotegidas das sociedades anônimas. Meu Governo reconhece as suas responsabilidades nesse particular e buscará adotar prontas e eficazes medidas.

Os setores bancário e securitário receberão, por sua vez, redobrada atenção, com vistas também a saneá-los e fortalecê-los, orientando-se convenientemente a aplicação das reservas.

Nisso tudo, cumpre ao Governo, em primeira linha, dar o bom exemplo, pela austeridade nos gastos públicos, vigilante controle da aplicação dos re-

cursos orçamentários e extra-orçamentários, pronto correção dos desmandos que venham a ocorrer. E algumas medidas, de valor antes simbólico que real, deverão ser adotadas desde logo, como nas viagens ao exterior de membros do Governo, por exemplo, a fim de que se caracterize o modelo de contenção das despesas, desde o mais elevado escalão da administração.

plano social. novos rumos

No **campo social** do bem-estar do povo, importa ressaltar que a estratégia de desenvolvimento adotada, respeitando embora a prioridade essencial que se deve dar ao crescimento do produto real, preocupa-se, sobremaneira, com a universalização dos benefícios que se forem alcançando, a fim de que o elevado aumento esperado na renda **per capita** do país, para esta década — da ordem de 100% — não seja apenas um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.

O Censo de 1970, a despeito de suas imprecisões, revelou que as desigualdades individuais de renda se mostravam muito mais acentuadas entre nós do que na maioria dos países do mundo ocidental; que os benefícios do desenvolvimento, na década de 1960, foram colhidos, em sua maior parte, pela camada mais rica da população economicamente ativa; e que o hiato entre os salários da mão-de-obra qualificada e não-qualificada era desmedidamente intenso em relação aos padrões internacionais. Ao mesmo tempo persistem agudas disparidades econômicas regionais que expõem o contraste de um Centro-Sul razoavelmente desenvolvido com um Norte e Nordeste ainda flagrantemente contaminados pelo subdesenvolvimento. **A política de incentivos fiscais**, se impediu que os desníveis regionais se agravassem, não teve força suficiente para corrigir, de forma significativa, os desníveis de produtividade e de renda **per capita**.

Um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O distributivismo fácil que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e de desenvolvimento. Nossa experiência anterior à Revolução de 1964 e experiências semelhantes em

outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional. A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e de criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social. A propósito, é alvissareiro registrar a atual escassez de mão-de-obra, inclusive nos menores níveis de qualificação — sinal de que os frutos do desenvolvimento estão atingindo as camadas menos favorecidas da força de trabalho, num sintoma sugestivo de melhoria da distribuição de renda.

No que diz respeito às **desigualdades econômicas regionais** cabe, em primeiro lugar, aprimorar os mecanismos de utilização dos incentivos do Imposto de Renda, melhorando os critérios de seleção dos projetos, adaptando-os às vantagens comparativas de cada região e assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos. E, em segundo lugar, aperfeiçoar o sistema de distribuição das rendas tributáveis, de modo a permitir maior equilíbrio entre as taxas de desenvolvimento das diferentes Unidades da Federação. Nesse particular, cabe dizer que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, se representou notável progresso em relação ao antigo Imposto Sobre Vendas e Consignações, ainda distribuiu inadequadamente a renda fiscal entre regiões.

educação, cultura e saúde

No quadro mais geral do aperfeiçoamento de nosso potencial humano — e o Homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional — o Governo Federal, nas suas prioridades, colocará recursos suficientes para novos programas especiais nos campos principalmente da Educação, da Cultura e da Saúde, em moldes a serem definidos no novo Plano Nacional de Desenvolvimento.

De qualquer modo, coordenando, apoiando, controlando ou complementando as atividades a cargo dos Estados da Federação e dos Municípios, cuidar-se-á muito especialmente:

da universalização do ensino de 1.º grau, buscando atingirem-se as metas, ambiciosas mas justas, da recente reforma básica do ensino, em implantação;

da melhoria, em qualidade, do ensino de 2.º grau, dando-lhe o saudável conteúdo profissionalizante e terminativo que ora deve inspirá-lo, mas que exige tempo e abundantes recursos novos em professores habilitados e em material didático e de treinamento — todo um amplo programa a cumprir-se, inclusive através de bem orientada política de incentivos aos estabelecimentos particulares do ramo;

do ensino técnico e preparação de mão-de-obra qualificada, nos vários níveis exigidos pelo desenvolvimento do país;

de uma reforma universitária que objetive a

instituição de universidades polivalentes e multifuncionais, bem integradas na sociedade, multiplicando-se as ofertas de cursos de curta duração e incentivando-se, sob vigilância mais severa, os cursos de pós-graduação, mas sempre visando prioritariamente a melhoria da finalidade e eficiência do ensino superior cuja notável expansão acelerada dos últimos anos, dentro da idéia generosa e democrática de ampliar as oportunidades de formação universitária, não poderia deixar de abrir margens ao perigo da redução qualitativa;

da erradicação definitiva do analfabetismo de adultos, transferindo-se desde logo os recursos que paulatinamente venham a ficar disponíveis para o ensino supletivo de 1.º grau, voltado para as necessidades dos recém-alfabetizados mais jovens e aproveitando-se, em ambos os casos, a válida experiência do MOBRAF para campanhas nos setores da educação sanitária, da medicina preventiva, da coleta de dados estatísticos e da difusão da cultura, entre outras;

do apoio às atividades culturais, estimulando a criatividade, de um lado, e possibilitando maior acesso a nosso rico patrimônio cultural, ainda insuficientemente conhecido;

da educação física e da prática dos desportos, como valiosos elementos de aperfeiçoamento dos valores morais do indivíduo e de elevação de sua capacidade física, componentes indispensáveis de uma política de desenvolvimento social e de integração nacional;

do saneamento básico e da medicina preventiva, para o que se tratará de dar remédio à carência crítica de profissionais especializados que hoje limita quaisquer esforços, e de promover, desde logo, a integração dos institutos de pesquisa nas atividades programadas;

do fortalecimento da estrutura sindical tanto na cidade como no campo, possibilitando-se a seleção de uma liderança autêntica e mobilizando-se os sindicatos para sadia cooperação às atividades culturais e educativas, inclusive a educação sanitária e educação física;

da implantação efetiva das regiões metropolitanas, para cobertura do **deficit** de serviços básicos nas grandes áreas urbanas do país, principalmente quanto a transportes coletivos, água, esgotos, combate ao crime e zoneamento, dando-se relevo ao papel que assume, hoje em **dia, o encaminhamento de soluções modernas**

e de grande porte para os transportes de massa, como único meio eficaz de reduzir, realisticamente, a dependência excessiva em relação ao uso do transporte individual;

do aperfeiçoamento do mecanismo técnico, administrativo e financeiro dos programas do Banco Nacional da Habitação, ampliado em suas funções como principal agente financeiro especializado para o complexo das atividades básicas do desenvolvimento urbano, objetivando-se em particular, no setor de habitação, proporcionar melhores oportunidades para as classes da população de menor poder aquisitivo e recorrendo a uma descentralização operacional por todo o território nacional, em articulação com Estados e Municípios;

do atendimento urgente ao grave problema do menor abandonado que infesta sobretudo os grandes centros urbanos; e

da modernização do arcaico e desumano sistema penitenciário existente no país.

Tal conjunto de atividades exigirá a aplicação de recursos vultosos, sem dúvida, mas constitui, de fato, investimento de alta rentabilidade — reflexa, a prazo médio ou longo, no próprio desenvolvimento econômico do país e exige imperiosamente a implantação de um rigoroso sistema de controle na base da computação de índices da produtividade real pelo confronto entre custos e benefícios. Por outro lado, a experiência acumulada nos últimos anos em matéria de política de desenvolvimento recomenda uma série de aperfeiçoamentos institucionais na legislação geral e no funcionamento da cúpula governamental. Nesse sentido, estou remetendo ao Congresso Nacional dois projetos de lei, o primeiro reformulando a estrutura ministerial, o segundo modificando a composição e as atribuições do Conselho Monetário Nacional,

além de um projeto de lei complementar visando à programação integrada dos recursos do PIS e do PASEP.

O primeiro projeto transforma o atual Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria do Planejamento, órgão de assessoramento direto da Presidência da República; cria o Ministério da Previdência e Assistência Social, o qual se encarregará do sistema previdenciário e da assistência social que assim ganha um **status** correspondente à alta prioridade que o Governo atribui a esse setor; cria o Conselho Nacional do Desenvolvimento e aperfeiçoa os mecanismos de coordenação interministerial.

O segundo projeto remodela o Conselho Monetário Nacional, simplificando a sua estrutura, assegurando harmonia entre as suas deliberações e as diretrizes traçadas pelo Poder Executivo e retirando-lhe as atribuições relativas à política nacional do abastecimento. Estas passarão a ser executadas conjuntamente pelos Ministros-Chefe da Secretaria do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura, sob a coordenação deste último.

Os dois projetos de lei citados, ressaltando o caráter orgânico e integrado que se quer emprestar à ação do Governo, representam o primeiro passo no sentido de aperfeiçoar as nossas instituições dentro da linha de continuidade administrativa. Outros aperfeiçoamentos naturalmente se imporão com o correr do tempo, a começar pela simplificação do esquema administrativo, diminuindo-se a prejudicial duplicação de órgãos e a superposição de funções, sempre que possível, e pelo remanejamento dos que não se encontram bem enquadrados em alguns Ministérios, devendo ser deslocados para outro.

O desenvolvimento do nosso sistema financeiro, os mecanismos de acompanhamento e de controle de preços, a participação das empresas multinacionais têm sido guiados por muitas regras não escritas e por critérios nem sempre explícitos que vêm sendo formados pelo consenso das autoridades no seu diálogo com o setor privado. Já adquirimos suficiente experiência para que, agora, explicitemos as regras do jogo, de modo a simplificar a administração pública, a fortalecer a confiança dos empresários e assegurar a igualação das oportunidades. Do mesmo modo, precisaremos aprimorar o funcionamento do nosso sistema financeiro, agilizando-o de acordo com as exigências do desenvolvimento e aperfeiçoar o sistema fiscal, particularmente o Imposto de Renda e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, tornando-os socialmente mais eqüitativos e economicamente mais funcionais.

Outra preocupação que assalta, desde logo, o Governo, diz respeito à excessiva multiplicidade de leis, decretos e regulamentos, muitas vezes dificultando a interpretação e a correta aplicação; será empreendido grande esforço para a necessária consolidação e, em certos casos, atualização. Para finalizar, devo recomendar aos Senhores Ministros interesse particular por um melhor entrosamento dos órgãos ministeriais e das centrais do sistema nacional de informações, assim como articulação bem coordenada entre as assessorias de imprensa da Presidência e dos diversos Ministérios.

Quanto às Forças Armadas, reservar-me-ei para apresentar minhas diretrizes gerais na primeira reunião do Alto Comando que se realizará nos próximos dias.

Muito obrigado.

presidente geisel visita bolívia

Texto da saudação do Presidente
Ernesto Geisel ao Presidente Hugo Banzer,
em Cochabamba, no dia 22 de maio de 1974

Constitui para mim pessoalmente e para a nação brasileira motivo de especial júbilo e de renovada esperança a visita que ora realizo a esta histórica cidade de Cochabamba. Sinto-me particularmente honrado em poder expressar, neste momento, a fraterna amizade que une o Brasil à Bolívia. Impulsionados por estes sentimentos, temos procurado, ao longo de nossa história, intensificar e ampliar a solidariedade aos ideais de progresso e bem-estar dos nossos povos.

Este encontro representa, portanto, não um início, mas uma nova etapa no tradicional processo de identificação de objetivos e ideais de nossas duas nações. O futuro confirmará o alcance deste esforço de colaboração que estamos agora empreendendo, do qual o presente já é um eloqüente testemunho. Estou seguro, Senhor Presidente, de que os documentos, que vão ser assinados entre

os nossos países, constituirão um passo decisivo no caminho da aceleração dos seus respectivos processos de desenvolvimento.

À medida que o desenvolvimento econômico se irradia por uma gama cada vez mais numerosa de países latino-americanos, mais amplas se tornam as possibilidades de intercâmbio nos diversos campos da atividade humana, mais promissoras são as perspectivas de complementação econômica e, conseqüentemente, mais estreitos vínculos se estabelecem entre todos os povos da América Latina. Com a preocupação de responder às solicitações do presente e de respeitar os profícuos ensinamentos do passado, de modo a inteligentemente preparar o amanhã de nossos povos, tenho a certeza de que este encontro frutificará em prol do engrandecimento de nossas pátrias.

a melhor tradição do itamaraty é saber renovar-se

Discurso do Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Antonio Francisco Azeredo
da Silveira, pronunciado no Palácio
Itamaraty, ao assumir o cargo, el.. i5 de março de 1974

Senhor Embaixador Mario Gibson Barboza,
Senhoras e Senhores
Meus colegas do Itamaraty; diplomatas,
funcionários administrativos e pessoal auxiliar,
Sejam minhas primeiras palavras de agradecimen-
to ao Senhor Presidente da República, a quem pro-
meto dedicação integral na tarefa de assisti-lo
na formulação e execução da política externa do
Brasil. Servir assim será o modo de corresponder
à confiança da escolha que tomo com desvaneci-
mento, pois não pode haver, para funcionário da
carreira, responsabilidade maior e mais grata do
que a de ocupar o cargo máximo da diplomacia
brasileira. Por outro lado, desejo assegurar que
recebo a pasta das Relações Exteriores com hu-
mildade, mas também com orgulho das tradições
desta Casa, vivamente preservadas na gestão de
Vossa Excelência, Senhor Embaixador Mario **Gib-
son** Barboza. Os resultados da colaboração, cons-
trutiva e harmônica, que Vossa Excelência soube
dar ao Terceiro Governo da Revolução, demons-
tram que, nos momentos decisivos da evolução
nacional, o Itamaraty sempre soube realizar e
continuará realizando uma política que reflita
adequadamente os mais legítimos interesses do
Brasil. A Vossa Excelência e a seus colaboradores
o país saberá sempre agradecer os relevantes
serviços prestados no campo das relações inter-
nacionais.

Do ponto de vista pessoal, Vossa Excelência, com
as palavras que acaba de proferir, comoveu-me
profundamente. Muito mais do que o reflexo dos

meus méritos, elas são a imagem do Chefe com-
preensivo, competente e humano, com que tive
a felicidade de contar nestes últimos anos de
minha carreira. Essa imagem vinha precedida da
larga amizade e do identidade de pontos de vista
que sempre nos uniu, pessoal e profissionalmente.
O Itamaraty o vê partir com carinho e admiração.
Nesta carreira, o que passa o bastão de comando
o faz com a mesma satisfação e sentido de res-
ponsabilidade daquele que o recebe.

o desafio

Acredita-se, pelas próprias circunstâncias de seu
ofício, que o diplomata esteja exposto ao risco
de afastar-se de suas raízes nacionais, tornando-
se mero espectador da diversidade do mundo.
Mas este não é o caso da diplomacia de um país
que deve afirmar-se e que, para fazê-lo, precisa
vencer toda sorte de obstáculos e incompreensões.
Nessas condições, a vivência no exterior não cons-
titui motivo de descaracterização. Ao contrário,
colocado na linha avançada da defesa do inte-
resse nacional e com a nítida visão de conjunto
que a distância pode proporcionar, o diplomata
carrega consigo, permanentemente, a imagem de
um país em marcha, sem distorções casuísticas
ou conjunturais. Por isso mesmo, creio que, na
origem de toda ação válida da Chancelaria bra-
sileira, deve estar presente um esforço de percep-
ção lúcida de tudo o que compõe o nosso país
e a consciência de que o Brasil não se contém

apenas no inventário de suas dimensões presentes, mas antes se completa na perspectiva fecunda da superação do que é hoje.

Inspirar-se no passado, viver corajosamente o presente e projetar-se no futuro — este é o desafio constante do Brasil e, portanto, do Itamaraty. Uma Chancelaria não é torre de marfim, da qual se possa observar o mundo passivamente. Constitui o principal canal de vinculação de uma nação com outras nações e um dos pilares básicos da segurança do país. Tenho, portanto, plena consciência de que, à medida que se multiplicam as dimensões do Brasil, crescem paralelamente as exigências de operatividade e eficácia de cada um dos órgãos do Governo. Nesta seqüência de necessidades que se multiplicam, o Itamaraty precisa estar em condições de movimentar-se com velocidade e fluidez, a fim de ampliar, cada vez mais, a presença do Brasil no exterior. Por isso, tem feito e continuará a fazer ajustamentos sistemáticos na sua capacidade de atuar. A melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se.

tarefa diplomática

A integração dos interesses nacionais e dos interesses externos produz três áreas de ação para a diplomacia: a da coincidência, a da negociação e a da divergência. Explicitar as convergências tácitas, maximizar o produto das negociações e procurar criar as condições para a dissolução dos impasses: esta é a tarefa da diplomacia. A este modelo devem ajustar-se as relações bilaterais e as atuações nos planos regionais e multilaterais, pois a política externa do país é um processo conseqüente e global. Daí ser indispensável sintonizar adequadamente esses três níveis.

Devo afirmar que a diplomacia brasileira tem sido capaz de desempenhar o papel que lhe coube nos ~~diversos~~ momentos da História nacional e tem sido invariavelmente um instrumento a serviço do Brasil. invariavelmenteNo Império, umfoi o fator decisivo para a consolidação da Independência e para a afirmação da soberania sobre o território que nos foi legado; na Primeira República, traçou o mapa do Brasil tal como o conhecemos e, atualmente, está ela decisivamente engajada no processo nacional de desenvolvimento econômico e social, cuja conseqüência externa é, sem dúvida, proporcionar uma maior e mais concreta cooperação com os países irmãos do Continente e o estreitamento dos laços com os países amigos de todo o mundo.

Essas tarefas históricas se têm encadeado, correspondendo aos imperativos e às oportunidades da evolução da nacionalidade brasileira. À medida que o país se transforma e se engrandece surgem novas oportunidades e imperativos e é assim que não pode cessar o esforço de revisão dos objetivos da nossa diplomacia.

diretrizes da política exterior

Para o período que passaremos a viver, o Senhor Presidente da República definiu claramente quais são as diretrizes básicas da política exterior do Brasil: "senso de responsabilidade como grande Nação adulta cuja voz já se faz ouvir, espírito de colaboração, aberto aos problemas ecumênicos da paz e do progresso, convicção do dever de participar também da ajuda mútua entre os povos, crença na solidariedade continental que se alicerça no imperativo geográfico e na história de vários séculos — devem inspirar-lhe o roteiro a seguir, neste mundo intranquilo e perplexo de nossos dias".

País característico e dinâmico, inserido num mundo que não perdoará quantos forem estáticos e anódinos, o Brasil caminha de um passado onde ainda era possível o conformismo das projeções pessimistas e a resignação dos destinos inespecíficos para um futuro, já imediato, onde a autoconfiança será o reflexo e não a base de expressões inequívocas de grandeza nacional.

Está em curso, sem dúvida, uma maior cooperação entre países altamente desenvolvidos, mas, ao lado disso, os próprios países desenvolvidos são levados a aproximar-se dos países em desenvolvimento e estes adquirem, cada dia que passa, maior operatividade e eficiência. Estes são os marcos da nova ordem internacional e já é praticamente impossível contrarrestar a tendência para uma diversidade, na qual, ao lado dos atuais centros de poder, consolida-se o fortalecimento e uma maior autonomia de outros pólos.

Nesse quadro global, a primeira responsabilidade da diplomacia brasileira é obviamente para com a América Latina. Ai será nossa tarefa a de explicitar as coincidências essenciais que existem entre os países da Região, acima e além dos desacordos ocasionais e dos traumatismos episódicos. Essa responsabilidade particular, com os deveres que lhe são próprios, devem ampliar-se a todo o Continente. O Brasil pode e deve ser um dos catalizadores do diálogo que já está em curso, do qual deverá resultar, cada vez mais nítida, uma genuí-

na expressão da vontade latino-americana que se projete no Continente e no Mundo.

Essa precípua responsabilidade regional e continental não significa, porém, que sejam menos relevantes as tarefas que aguardam a nossa diplomacia em esferas mais amplas ou mais distantes geograficamente. Elevado nas dimensões de sua economia e do seu poder nacional, projetando-se num mundo onde se estreita a convivência entre as nações, não será possível ao Brasil alhear-se do que ocorre em outras áreas, do que emerge como novas urgências na África, no Oriente Próximo, na Ásia e na Europa.

De todos os modos, cabe-nos ter sempre em mente as possibilidades concretas e reais do Brasil, não confiando apenas no automatismo de um crescimento inevitável, mas sim, trabalhando tenazmente o presente e projetando com fé o futuro, "olhos postos no bem-estar crescente do povo brasileiro e na maior grandeza da Pátria", como

disse o Presidente Geisel. Por isso, a política exterior do Governo brasileiro, hoje assinalada, repito, pela busca do desenvolvimento econômico e social — em que deve repousar a segurança do país — se caracteriza pelo claríssimo propósito de abrir para o Brasil as opções do futuro e de preservá-las integralmente.

Devo dizer, ao concluir, que não há tarefa mais relevante do que a de participar com total engajamento desta mobilização criadora do IV Governo da Revolução. Acredito que o Ministério das Relações Exteriores deva ser uma peça indispensável neste esforço uníssono de construção. Desejo, por esta razão, reiterar ao Senhor Presidente da República as expressões de meu agradecimento pela honra com que me distinguiu. Possam a confiança que deposito no Itamaraty e a fé que tenho no destino do Brasil ser o fundamento de minha promessa renovada de bem servir.

objetivos da revolução na política exterior

Pronunciamento do Ministro de Estado das
Relações Exteriores feito a uma Estadocadela
de rádio e televisão, em 28 de março de 1964

O que a Revolução fez em primeiro lugar, afirmou o Chanceler Azeredo da Silveira, foi salvar o país de um caos que era iminente, imprimindo ao Governo dinamismo, seriedade, rigor, capacidade de atuação em todos os setores da administração pública. O Itamaraty também sentiu esta força intrínseca de renovação, que deu maior volume e maior dimensão ao País. O Brasil adquiriu novas responsabilidades, novos deveres, e também novas oportunidades no campo internacional. A Revolução é obra de todos os setores nacionais, e a política exterior é a projeção dos interesses nacionais no estrangeiro. Se o Brasil cresceu, também cresceu sua influência no contexto internacional. Não se pode comparar o Brasil de 1964 com o Brasil deste ano. Tudo que aí se vê indica qual a Missão que o nosso País tem no mundo e qual vai ser o seu papel: papel de um País gigantesco territorialmente e que se transformou numa potência emergente, uma potência ecumênica, que não deseja influenciar nem obter vantagens de outros países, conforme disse o Presidente Geisel. O que o Brasil deseja é contribuir cada vez mais para a paz e a harmonia entre as nações, e, naturalmente, exercer a missão que lhe cabe para o seu desenvolvimento econômico e social. Uma Chancelaria que não vive o momento histórico de seu país não tem direito de ser assim denominada. Não teria nenhum sentido se hoje ainda estivéssemos fazendo o que Rio-Branco fez, que foi tão importante: a consolidação da estrutura nacional. Hoje a projeção do Brasil no exterior é a busca do desenvolvimento econômico, da felicidade do

povo brasileiro. Os diplomatas que estão no exterior não vêem o Brasil apenas com entusiasmo, olham também, e com emoção, o povo brasileiro, a necessidade que todo país tem de saber da resposta àquilo de que o povo necessita na sua vida simples e generosa. O Itamaraty não é uma torre de marfim, como não é instituição fora do Brasil, mas que está dentro do Brasil e tem de se transformar num dos seus maiores instrumentos do desenvolvimento econômico e social.

pragmatismo responsável

Ao deter-se na exposição das diretrizes gerais do governo sobre a política externa, afirmou ainda Azeredo da Silveira que o Presidente da República já fizera esta síntese ao defini-la como de pragmatismo responsável. Isto quer dizer, esclareceu, que o Brasil não está interessado em discussões semânticas, terá linha de política externa simples e compreensível. O que pretendemos é que todos os países nos respeitem, como nós os respeitamos, o que desejamos é cooperação, como estamos prontos para cooperar. O que não queremos é predominar, como não aceitamos que outros países pretendam predominar sobre os interesses nacionais. Nossa política exterior é uma busca para harmonizar os interesses nacionais. Em primeiro lugar com os países que nos são vizinhos, e, em segundo, com os países do continente americano, da nossa fronteira marítima, dos países africanos e que essa projeção se lance sobre todos

os países do mundo. Dentro desse pragmatismo, reconhecemos, realisticamente, que temos relações mais estreitas, ou melhores, com determinados países. Mas isso não impede que o Brasil busque uma relação de respeito recíproco com todos os países do mundo. E não pretendemos, nessa harmonização, fazer com que o interesse nacional predomine, como também estamos seguros de que não é intenção dos outros países fazerem isso, de funcionarem dentro de um sistema de defesa egoísta de seus interesses. Mas não se coloca este problema. O problema da harmonização é aquele que garante a continuidade dos acordos. Os acordos verdadeiramente sustentados

dão satisfação a todos os países que deles fazem parte. ~ isso que o Brasil buscará. O Brasil não terá alinhamentos que não representem a defesa de seus interesses. Não pretendemos satelitizar ninguém mas consideramos que o nosso país, pela sua grandeza, pela sua importância, é um país essencialmente insatelitizável. Temos coincidências ocidentais enormes, e essas coincidências serão cada vez mais ampliadas, mas, sempre, fruto de uma decisão nacional brasileira. O interesse brasileiro é irrenunciável, e as perspectivas desse interesse, as aberturas, não são renunciáveis para o Brasil.

chanceler brasileiro na oea

Discurso do Ministro Azeredo da Silveira
perante a IV Assembléia da Organização do Estado;
Americanos, em Atlanta, EUA, em 20 de abril de 1974

Senhor Presidente,
Senhores Chanceleres, Senhores Delegados,
Senhor Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos,
Senhores e Senhoras,

Honrado com a escolha do Presidente Ernesto Geisel para exercer as funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, é com grande satisfação que volto a participar das atividades da Organização dos Estados Americanos, a que estive tão diretamente ligado, em particular na reunião da Comissão Especial da Reforma da Carta, no Panamá, em 1966. É com prazer também que vejo, ao redor desta mesa, tantos eminentes amigos, com quem tive a honra de cruzar no curso de minha já longa carreira. Minha satisfação não é menor ao apresentar-lhe, Senhor Presidente, as felicitações do Governo brasileiro e as minhas próprias, pela escolha de Vossa Excelência para dirigir os debates desta IV Assembléia Geral, no curso da qual serão considerados temas da maior importância e interesse para o continente. A experiência de estadista e tirocínio demonstrados por Vossa Excelência à frente do Departamento de Estado constituem a garantia do êxito dos trabalhos ontem iniciados.

Gostaria também de agradecer a generosa e cordial hospitalidade da cidade de Atlanta e do estado da Georgia, tão de acordo com as tradições de fidalguia do sul deste grande país.

necessidades da América latina

Senhor Presidente,

Cabe analisar as relações interamericanas dentro do contexto global de um mundo em plena transição, cuja própria dinâmica o está tornando cada vez mais interdependente. No entanto, ao inserir a problemática do Hemisfério nesse contexto global, nossa visão não deve deformar-se por uma timidez excessiva, nem por um entusiasmo exagerado. Por isso, desejo ressaltar que a América, e em particular a América Latina, possuem características próprias, que exigem, mesmo no quadro maior das relações globais, soluções próprias ou adequadas às necessidades particulares da região.

Assim, ao mesmo tempo em que se torna necessário analisar os problemas que enfrentamos dentro do panorama mais vasto das questões que atualmente afligem o mundo, impõe-se preservar, nesse exercício, a consciência de nossas características próprias e necessidades prioritárias.

Quando me referi a um mundo em transição, quis apontar essencialmente um mundo em plena transformação de sua estrutura econômica e, conseqüentemente, social. A nova Era Tecnológica em que estamos ingressando passou a exigir um novo dimensionamento das relações econômicas internacionais. As bases em que repousam essas relações no presente momento foram forjadas no período imediato do após-guerra. As conferências de Bretton Woods e de Havana lançaram os prin-

cípios para uma ordem monetária e comercial que, hoje, não mais atendem a complexidade da economia moderna. Os países em desenvolvimento, cujos anseios foram quase esquecidos, tanto em Bretton Woods como em Havana, foram as principais vítimas da ordem econômica que emanou dessas conferências e, por essa mesma razão, há mais de dez anos lutam para uma transformação da estrutura comercial e financeira mundial.

Apesar de grandes esforços e de inúmeras decisões e recomendações em diferentes foros internacionais, muito pouco se logrou fazer de concreto. Há POICO mais de dois anos atrás, o abalo de uma inesperada crise monetária e suas repercussões no terreno comercial e econômico demonstraram cabalmente a necessidade de se proceder a uma revisão da própria estrutura das relações econômicas internacionais. A eclosão da crise de energia e da escassez de matérias-primas dramatizou essa situação, revelando a nova etapa de interdependência a que chegara o mundo, e o abismo do caos econômico que se nos apresenta como única alternativa a uma cooperação mais efetiva entre as Nações. E a tônica dessa cooperação tem de ser uma só: o tratamento desigual para nações desiguais, ou seja, uma estrutura econômica mundial que acelere o pleno desenvolvimento econômico e social de todas as áreas do mundo. Embora o desenvolvimento seja a responsabilidade primordial de cada país e de seu povo, ele só poderá realizar-se através dos caminhos da cooperação, da solidariedade e da discussão dos problemas comuns no nível internacional.

Assim é que, nesse mundo em transição, temos de buscar soluções comuns que orientem sua transformação estrutural no terreno econômico, e não sermos confrontados por mudanças episódicas, ditadas pelo trauma e pelo medo, impulsionadas por interesses egoístas, em vez de inspiradas pela harmonização de interesses legítimos. Devemos, inclusive, procurar estabelecer princípios ou normas que garantam uma segurança econômica coletiva, que concebemos como uma estratégia global de desenvolvimento, através da qual nossos países possam fazer sempre o melhor uso de suas potencialidades econômicas e de suas forças de trabalho, garantindo o aproveitamento soberano dos recursos naturais dentro de seus territórios, de acordo com suas necessidades e interesses.

objetivos da política externa brasileira

Três objetivos, Senhor Presidente, identificamos como os de nossa política externa: o de explicitar as convergências tácitas, maximizar o produto das negociações e procurar criar as condições para a dissolução dos impasses. Isso abrirá para nossas nações as opções do futuro, as quais é nossa missão preservar integralmente. Tal se fará também através do diálogo franco e aberto, do qual deverá resultar, cada vez mais nítida, uma genuína expressão da vontade latino-americano que se projete no continente e no mundo.

reestruturação do sistema interamericano

Senhor Presidente,

As relações interamericanas devem inspirar-se num esforço conjunto, de âmbito continental, para alcançar esse ambicioso objetivo da criação de uma nova estrutura, uma nova ordem, para o pleno desenvolvimento econômico e social de nossos povos. Cabe-nos ter presente, como ponto de partida, a característico básico deste Continente: o fato de ele conter, ao mesmo tempo, um pólo de alto desenvolvimento e poder econômico e vastas áreas de subdesenvolvimento e pobreza. Qualquer nova programação para nossas relações, seja no nível regional, seja no âmbito internacional, não terá operatividade se não partir dessa premissa essencial e dela tirar todas as conseqüências.

Acolhemos com satisfação o "Novo Diálogo" que se está realizando entre os Estados Unidos e a América Latina e estou incluindo, nesta última expressão, as nações irmãs do Caribe, pois todos nós, brasileiros, qualquer que seja a nossa origem, somos latino-americanos. Entendemos, contudo, que esse diálogo terá em seu espírito o que acabei de assinalar e, assim sendo, estou certo de que contribuirá para uma maior compreensão dos interesses e das necessidades de cada um; e das soluções comuns a que se deve chegar. Será mister impedir que as conclusões que resultem do diálogo se percam, porém, por falta de um mecanismo institucional capaz de permitir sua operatividade e eficácia no tempo. É nesse contexto que se justifica uma reestruturação do sistema interamericano.

Os trabalhos até agora empreendidos na revisão da carta e outros instrumentos têm sido decepcionantes, talvez por haver faltado à Comissão de Reforma um sentido programático. Assim, pa-

rece-me que a Assembléia Geral deveria dedicar-se à difícil mas importante tarefa de estabelecer novas bases para o trabalho da Comissão. Como primeiro passo, proporia que se estudassem os meios de aperfeiçoar um elenco; de princípios básicos, de natureza econômico, que deveriam reger as relações do Continente. lembro que a Ata Econômica e Social do Rio de Janeiro, elaborada em 1965, estabeleceu princípios dessa natureza, que deveriam ser reexaminados e revigorados à luz do que já se logrou acordar, em recentes anos, em diferentes foros do sistema. O aperfeiçoamento de tais princípios permitiria melhor ordenar os mecanismos e os recursos da organização para dar-lhes uma dimensão concreta e palpável. Devo assinalar que, para cumprir seus objetivos, não bastará dar à Organização maior dinamismo programático, mas também maior sentido programático, que atenda à necessidade de buscar não só soluções tópicas para cada problema, mas também uma nova estrutura para as relações interamericanas nos campos econômico e social.

Senhor Presidente,

Os graves problemas que enfrenta o mundo de hoje, nos quais se inserem, como tentei indicar, os problemas de nosso hemisfério, só poderão ser resolvidos com espírito criador, dosado pelo necessário pragmatismo. Não devemos perder de vista a realidade em que vivemos, mas tampouco devemos tentar superar problemas do presente através de soluções do passado. Será nossa a responsabilidade de buscar realisticamente medidas em todos os campos, do comércio, do financiamento, da tecnologia, que dêem o impulso e a estabilidade necessárias em nossas relações, para assegurar o pleno desenvolvimento, a harmonia e, numa escala mais alta, a própria paz. Para isso não bastará a criação de novos "slogans" ou a invenção de novos mecanismos.

política de cooperação

Senhor Presidente,

No primeiro pronunciamento que faço num foro internacional em minha condição de titular da pasta das Relações Exteriores do meu país, trago do Presidente Ernesto Geisel, uma mensagem de paz e de harmonia para todo o continente: nossa linguagem será direta e simples, pois o que busca o Brasil, repito, é a manutenção da paz e do entendimento entre todas as nações.

Estamos, Senhor Presidente, convencidos de que a convivência internacional não se coaduna com atitudes de isolamento ou com preocupações autárquicas. A colaboração e a solidariedade na apreciação dos problemas comuns são as únicas atitudes compatíveis com a conduta de nações desejosas de darem sua contribuição ao estabelecimento de uma comunidade internacional justa, pacífica, livre e próspera. Como afirmou o Presidente de meu país, ao receber a primeira visita de um Chefe de Estado latino-americano, o eminente Presidente Figueres, estamos firmemente empenhados em estabelecer, dentro de uma norma de invariável respeito, uma política de cooperação com todos os países e, em especial, com os do nosso Continente. Não desejamos de nenhuma forma predominar, porquanto não aceitamos hegemônias no seio da comunidade das nações. Nossa política exterior buscará harmonizar os interesses do Brasil com os de nossos vizinhos e amigos, os das nações do hemisfério sobretudo, certos de que esta é a nossa maneira tranqüila e segura de garantir uma atuação contínuo e permanente de cooperação e solidariedade.

É dentro desse modelo de pragmatismo responsável, Senhor Presidente, que se movimentará a diplomacia brasileira, como uma atividade nacional em busca do entendimento, da cooperação e da compreensão ecumênicas, no concerto das nações. Não estamos interessados em discussões semânticas ou em divagações retóricas, assim como desejo também deixar claro que o Brasil é uma país insatelitizável, da mesma forma como não deseja e nem pretende satelitizar ninguém. Essa posição, vinculada aos objetivos permanentes da nação brasileira, é fruto de sua vocação histórica e da decisão consciente de seus governantes. No mesmo sentido, o Brasil não é país sujeito a alinhamentos automáticos, pois, antes e acima de todas as considerações, estará sempre presente a defesa permanente de seus interesses nacionais, que procuraremos, como expressei, harmonizar com os interesses dos outros países.

Senhor Presidente,

Ao concluir, desejo igualmente ressaltar que o pressuposto básico dessa política externa é o respeito recíproco entre as nações. Assim como respeitamos os nossos parceiros da comunidade internacional, da mesma forma esperamos merecer o respeito por parte de todos os demais.

Muito obrigado.

azeredo da silveira

saúda novos diplomatas

Discurso do Ministro de Estado das
Relações Exteriores por ocasião
da formatura da turma de 1973 do

Instituto Rio-Branco, no Palácio Itamaraty, Brasília,
em 26 de abril de 1974, Dia do Diplomata

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
meus Colegas,

Senhoras e Senhores,

Tenho hoje tão cedo após a minha investidura como Ministro das Relações Exteriores a grata e muito honrosa oportunidade de receber Vossa Excelência nesta Casa, Senhor Presidente, onde vem presidir a solenidade de formatura de uma nova turma de diplomatas, preparada pelo Instituto Rio-Branco. Não poderia haver, para mim, circunstância mais auspiciosa do que esta para dirigir, aos jovens Secretários que ingressam na carreira, algumas palavras de estímulo e de avaliação sucinta do papel do diplomata do Brasil contemporâneo.

Seja, antes de mais nada, constatado que o nosso País se vê defrontado, na conjuntura atual, com oportunidades sem precedentes de atuação e de presença no plano internacional. Tais oportunidades, se resultam, por um lado, de fatores exógenos, também se originam nos esforços de todos os brasileiros, pois, derivam da projeção mais ampla dos interesses nacionais multiplicados pelo crescimento do Brasil.

Nesta hora, de amplo descortínio para o mundo, cabem aos diplomatas tarefas de especial urgência e responsabilidade, as mesmas de sempre e que lhes são próprias, exaltadas, porém, pelo significado excepcional do momento.

funções do diplomata

Como para todo aquele que elege a profissão de servir a pátria, o primeiro obrigação do diplomata é a de executar o política do Governo, ditada pelos objetivos e pelos interesses nacionais. Mas, se o todos eles compete desincumbir-se do dever executivo de forma criadora, de modo a tornar fecunda e renovadora o seiva do organismo público, de uns mais do que de outros se espera que no exercício de suas profissões, sejam particularmente conscientes e atentos. Tal é o caso do diplomata, em virtude das próprias características de sua função.

Nem sempre tem sido fácil ao grande público compreender a natureza especial da atividade diplomática. ~ que a diversidade dos requisitos *que* a integram torna precário o seu entendimento por quem não tem com ela um trato mais familiar. A tarefa do diplomata é necessariamente discreta, e até mesmo, muitas vezes, tanto mais eficaz quanto obscura. Flexível e adaptável, desvia-se ela dos modelos programáticos~ que facilitam o contabilidade dos êxitos ou a definição dos insucessos. Imaginativa e versátil, pode parecer expediente quando está sendo tático, inconsciente quando pragmática, fria quando realista. E por ser eminentemente política, é, sobretudo, uma arte do possível. O que não signífico, nem pode significar, que, num país como o Brasil, lhe falte o parâmetro ético. Ao contrário, porque nos orgulhamos de ser um povo responsável, o nosso

pragmatismo deverá, portanto, exercer-se sempre dentro dessa moldura, que lhe confere a dimensão humana.

Voltado a um tempo para o lado externo e o lado interno das fronteiras do país, o diplomata é o agente da integração dos destinos nacionais, no contexto mais amplo do cenário internacional. Suas atribuições específicas são informar, negociar e representar. Estes três elementos se fundem no objetivo de vincular a realidade nacional com a sua projeção no exterior. Longe de ser ou de poder ser desligado da intimidade nacional, o diplomata tem que nela poder situar-se com total naturalidade, para poder representá-la em seu sentido mais amplo. Se permitir que suas raízes nacionais sejam cortadas, estará perdendo a eficácia e a própria representatividade. Recomendolhes, meus jovens colegas, que nunca se permitam este alheamento estéril.

informar

Ao cumprir a função de informar, o diplomata tem que estar alerta para o panorama externo, cambiante e multifacetado, a fim de reagir às oportunidades que surjam e às ameaças que se apresentem. Essa conceituação já evidencia a relevância do papel do diplomata no conjunto da ação do Governo. Como evidencia, também, a necessidade de uma modernização constante de sua máquina operacional.

De fato, as atividades diplomáticas de avaliação, num mundo altamente tecnificado, têm necessariamente que ser revistas continuamente para serem exercidas num contexto de eficiência definido pelo aproveitamento das modernas técnicas, em função dos objetivos próprios da atividade diplomática. Nesse sentido, pode ser inestimável a cooperação que a diplomacia presta aos demais órgãos do Governo, voltados para as tarefas de construção e de segurança internas.

negociar

Da mesma forma, a atividade negociadora se define, hoje, em moldes distintos dos do passado. Mais e mais, é imprescindível uma coordenação de todo o Governo, pois, é para atender a objetivos por ele traçados que o diplomata negociará no exterior. Assim, boa parte da substância na formulação da missão negociadora que cabe ao Itamaraty tende a concentrar-se nos aspectos da política externa. E, em virtude da responsabilidade

que tem de conectar a realidade nacional com sua projeção externa, o Itamaraty deve ajustar ao máximo sua capacidade profissional de negociar, bem e com rigor, cabendo-lhe, sem dúvida, a tarefa básica de executar as negociações, na mais íntima colaboração com os órgãos governamentais interessados.

representar

A terceira função do diplomata é representar. Dele se espera que reflita nosso povo, nossas tradições, nossas aspirações, nossa cultura. Por isso, viver no exterior não é exercício hedonístico ou fútil vilegiatura de privilegiados. Esta missão encerra uma grande responsabilidade e certamente comporta os conhecidos sacrifícios do exílio. Força é ter sempre em mente que, até no cotidiano e na simplicidade, o diplomata é um fragmento da imagem do Brasil e precisa, sobretudo, transmiti-la bem.

compreender e interpretar

Meus jovens e bem preparados Colegas,

A diplomacia nem sempre se presta à formulação de programas rígidos. Não se pode, assim, fazer um elenco de metas ou propor calendários para alcançá-las. Em sua função de projetar no exterior o interesse nacional, cabe à diplomacia compreender e interpretar o quadro externo, sob uma luz atual e real, com o entendimento límpido dos princípios básicos que devem reger-nos e que nos encaminham para a busca do desenvolvimento econômico e social do Brasil em clima de segurança, pois que, como definiu Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, este é o objetivo global do Governo do Brasil.

O Brasil é um país de vocação pacífica, desfeito ao isolamento e avesso aos sonhos de hegemonia. Somos, por temperamento e por vocação geopolítica, abertos à cooperação e voltados ao ecumenismo. Nosso maior interesse é o de abrir o leque das coincidências e trabalhar pelo progresso coletivo. Não nos fascinam as manipulações maquiavélicas, que exploram a desunião para forçar a cunha de interesses nacionais espúrios. Para nós, poder e responsabilidade são duas facetas de uma realidade única. A ambas encaramos dentro de uma moldura ética, que nos faz ver a pátria como uma projeção do homem. Para servi-lo, aspiramos à criação de uma sociedade mais rica e mais justa. Tais objetivos brasileiros tendem-

rão a refletir-se, mais e mais, no cenário internacional. Por suas dimensões, por suas potencialidades, o Brasil tende a aumentar o peso específico de sua presença no mundo. Essa presença nunca será negativa, matizada por antagonismo ou impregnada por preocupações de preponderância. Não nos movem, tampouco, preconceitos herdados ou impostos. País de um povo generoso, o Brasil busca a convivência e a cooperação e estendemos a nossa simpatia a todos os que comungam conosco aspirações semelhantes. Zelosos de nossa independência, entendemos e apoiamos aqueles que aspiram manifestar, livres de imposições exógenas, os legítimos anseios nacionais. Abominamos toda sorte de prepotência, mas, mesmo com a brandura que é um dos apenâgios históricos do Brasil, estaremos sempre

como no passado, preparados para enfrentá-la firmemente. Tranqüilos em nossas fronteiras, negociadas pacificamente com vizinhos que hoje são todos amigos e irmãos, vemos com inquietação a violação territorial contra a vontade dos povos. E acreditamos que os caminhos da paz e do progresso, pela compreensão e pela convivência, são numerosos e acessíveis.

Senhor Presidente da República,

Mais uma vez agradeço a presença de Vossa Excelência nesta Casa. O desafio constante do Itamaraty, dada a forma por que se insere uma Chancelaria no processo decisório nacional, é sempre o da eficácia. Dedicção, rigor operativo e a máxima atenção aos imperativos do interesse nacional é o que prometemos todos a Vossa Excelência.

importância do Projeto lagoa mirim

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores quando da assinatura do "Acordo sobre o Plano de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim", celebrado no Palácio Itamaraty, Brasília, a 20 de maio de 1974

Senhor Embaixador,

Ao formalizarmos, através da troca de notas que acabamos de realizar, o consenso de nossos Governos em relação às novas e mais amplas finalidades da Comissão da Lagoa Mirim, estamos dando uma prova eloqüente do empenho mútuo em que nos encontramos de tornar cada vez mais operativa nossa colaboração bilateral, no quadro mais amplo de uma verdadeira integração latino-americana.

colaboração bilateral

Mediante esforços somados através dos anos, Senhor Embaixador, nossos Governos têm reiterado, cotidianamente, o exemplar empenho de ampliar as áreas de convergência entre os interesses nacionais de nossos dois países, maximizando o produto das negociações tendentes a promover o desenvolvimento, sabiamente dosando, com espírito realista, o pragmatismo necessário à aceleração do processo de crescimento econômico com a inata generosidade que sempre caracterizou nossos povos na busca incessante da mais perfeita realização de suas potencialidades humanas e históricas.

Voltados, por completo, para as preocupações advindas da vontade de expandir nossos propósitos de cooperação, buscamos incansavelmente melhor aproveitar as positivas transformações econômico-sociais do mundo contemporâneo, que

acenam com um esboço de futuro que a nós cabe, na exata medida de nossas possibilidades, tornar melhor, mais rico e mais justo.

Alheios a qualquer ambição, condenável e pequena, que se volte, quer para inúteis devaneios de hegemonia ou preponderância, quer para um impossível isolamento, de per si anacrônico, em um mundo que exige, cada vez mais, a superação das divergências, tendo em vista, inclusive, a prosperidade solidária de todos, preferimos devotar o melhor de nossa tenacidade e de nossa imaginação criadora para este projeto de integração e cooperação, cujos resultados concretos estamos nos preparando para colher.

O propósito de enfocar conjuntamente, com espírito de fraterna e leal amizade, os problemas de desenvolvimento que enfrenta a área da Bacia da Lagoa Mirim não é novo. Tem, como ponto de partida, as notas trocadas em 26 de abril de 1963 e em 5 de agosto de 1965, quando Brasil e Uruguai estabeleceram as bases de funcionamento e as metas iniciais a serem alcançadas pela Comissão da lagoa Mirim, isto é, equacionar os problemas técnicos, econômicos e sociais referentes ao aproveitamento daquela área fronteiriça, tendo em vista estipular as condições indispensáveis ao desenvolvimento regional. Hoje, podemos justamente orgulhar-nos de estarmos encerrando, na prática, esta fase inicial e indispensável de estudos em que se conjugaram os esforços brasileiros e uruguaios à significativa

cooperação da FAO e do PNUD. Passamos, doravante, a um estágio mais decisivo, mais desafiador e sobretudo infinitamente mais atraente, para todos aqueles que aspiram a efetivamente participar da justa construção do desenvolvimento de ambos países. Chegamos, Senhor Embaixador, ao estágio da ação concreta.

novo estágio

O ato que acabamos de firmar consagra a sabedoria da manutenção de um organismo que se revelou de tão extrema utilidade no contexto das nossas relações, ao mesmo tempo em que confere à Comissão da Lagoa Mirim novas finalidades, condizentes com o atual estágio do aproveitamento da Bacia da Lagoa Mirim. De órgão coordenador de estudos, a Comissão passa à categoria de instituição supervisora da implementação dos projetos indispensáveis ao desenvolvimento da região. Terminados os projetos de engenharia, passaremos imediatamente à construção das obras que seguramente transformarão a fisionomia de toda a região da Bacia da Lagoa Mirim.

plano jaguarão

Nesse contexto, avulta o Plano Jaguarão, primeira promessa, a ser cumprida no mais breve prazo, de efetiva aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico-social da área. Na pluralidade de seus aproveitamentos, que incluem a construção de barragens, a instalação de uma usina hidrelétrica, a elaboração de todo um sistema de irrigação e controle de cheias, a racionalização e modernização da agricultura, e a transformação econômica advinda do desenvolvimento industrial, manifesta-se, concretamente, a preocupação dos Governos de nossos países pelo integral aproveitamento dos recursos regionais.

Uma vez implementado, o Projeto terá as mais salutares repercussões econômico-sociais sobre toda aquela bacia fluvial, que se estende por 7.491 km². Uma população total estimada em 100.000 pessoas (55.000 no Brasil e 45.000 no Uruguai) será a beneficiária imediata do Projeto, mas seus efeitos derivados alcançarão uma área

de influência que atinge os centros urbanos mais próximos, dentre os quais se destacam, no Brasil, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Jaguarão, Pedro Osório, Arroio Grande e Pinheiro Machado, e, no Uruguai, Meio, Treinta y Tres e Rio Branco.

passo do Centurião

Se, todavia, me fosse perguntado, qual dentre todos esses objetivos me parece o mais urgente, aquele que melhor atende, sobretudo na conjuntura atual, às necessidades de crescimento econômico da área, não teria eu qualquer dúvida em indicar o projeto da usina hidrelétrica de Passo do Centurião. Com os seus 40 MW de capacidade instalada projetada e sua capacidade de gerar quantidade de efeitos multiplicadores sobre o crescimento regional, Passo do Centurião pode bem representar o espírito de solidariedade, realismo, e a preocupação com a melhoria da qualidade da vida das populações fronteiriças que têm sido os traços característicos a nortear os trabalhos da Comissão.

Por isso mesmo, ao assinarmos este novo acordo, que abre margem a um trabalho ainda mais profícuo e compensador, para todos os que, ao longo dos anos, têm doado generosamente seu esforço e capacidade ao projeto de desenvolvimento integral da Lagoa Mirim, é com profunda satisfação que manifesto a decisão tomada pelo Governo brasileiro de, irmanado com o Governo oriental, implementar, no menor prazo possível, o projeto de Passo do Centurião. --me, outrossim, extremamente grato manifestar a Vossa Excelência, Senhor Embaixador, em nome do Governo brasileiro, o nosso propósito de celebrar com o Governo da República Oriental do Uruguai, no mais breve prazo, um tratado que consagrará, em um quadro jurídico amplo e flexível, os pontos básicos que deverão orientar não somente o aproveitamento comum deste trecho contíguo do rio Jaguarão, mas também explicitar a maneira pela qual os dois Governos unirão seus esforços para implementar o projeto de desenvolvimento integrado da Bacia da Lagoa Mirim, cujo perfil simbolizará o desejo brasileiro e uruguaio de estreitar os vínculos de amizade que tradicionalmente unem os dois países e que consideramos um dos imperativos históricos de nossas nacionalidades.

chanceler brasileiro prega maior cooperação entre países do prata

Pronunciamento do Ministro de
Estado dos Relações Exteriores no Plenário do
VI Reunião de Chanceleres do Bacia do Prato, em 10 de junho
de 1974, no cidade de Buenos Aires

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,

A VI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata celebra-se em Buenos Aires, sob a égide do Tratado, para apreciar os múltiplos aspectos da problemática regional e, uma vez mais, reafirmar, com a palavra e a ação, nosso firme propósito de conduzir a bom termo a missão de que estamos investidos pela história e pelo mandato de nossos povos.

No curso dos últimos anos, e sobretudo a partir da assinatura do Tratado que nos congrega, o processo de integração física da Bacia do Prata e do aproveitamento de suas potencialidades, desenvolveu-se a um ritmo acentuado e logrou resultados francamente animadores. As realizações já cumpridas, os projetos em andamento e as iniciativas em estudo são de natureza a nos permitir considerar que o labor executado justifica os anseios e as esperanças dos negociadores e signatários do original e imaginoso instrumento firmado em 1969.

desenvolvimento regional e integração física

Os fatos animadores a que me acabo de referir são devidos sem dúvida à firmeza e à decisão de nossos povos e governos no sentido de desenvolver todas as possibilidades da Bacia do Prata. Cumpre ter presente, porém, que a flexibilidade

do Tratado, seu espírito realista e o sentido pragmático de suas disposições, nascidos de uma avaliação criteriosa das peculiaridades da região, tornaram possível utilizar, de modo adequado, as energias de nossas coletividades nacionais dirigidas, como acentuei, ao propósito do desenvolvimento regional.

Todos esses fatos, Senhor Presidente, estão a demonstrar, de modo inequívoco, que o foro regional é o mais propício a um esquema de cooperação do tipo preconizado pelo Tratado. O conhecimento profundo da região, de suas riquezas e de suas particularidades, somente se pode encontrar em um organismo ad hoc, no caso, o Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), onde me coube representar o meu país, e cujo tarefa incessante e alto sentido de responsabilidade merecem um crédito ponderável ao serem apreciadas as novas e promissoras condições reinantes na área.

A contemplação dos resultados alcançados não nos deve levar, entretanto, Senhor Presidente, a deixar de proclamar o muito que cabe ainda realizar. Os grandes caminhos terrestres da união entre nossos países estão, de fato, abertos ou em marcha acelerada; as vias navegáveis, mercê do projeto A-4, se acham em processo de melhoramento ou com estudos em andamento; importantes centrais elétricas se encontram em construção ou em projeto.

fundo financeiro para o desenvolvimento da bacia do prata

Nesse contexto, cumpre salientar, como um dos temas prioritários desta Reunião, o do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata que, estruturado em suas linhas mestras na Resolução 44 da V Reunião de Chanceleres, conta com um projeto de Convênio Constitutivo elaborado pelo CIC, a respeito do qual nos caberá, nesta oportunidade, manifestar o pensamento de nossos governos. Contribuirá essa entidade, tão logo esteja sua estrutura aprovada, para tornar cada vez mais efetivos nossos esforços em prol da integração física e do desenvolvimento da região.

Todo esse quadro alentador está longe, porém, de corresponder aos propósitos maiores de todos nós, bem como às reais possibilidades da área. ~, por outro lado, evidente que os objetivos de desenvolvimento e de integração física, metas prioritárias do Tratado, guardam estreitas relações com o propósito de estabelecer correntes comerciais intensas, crescentes e proveitosas entre os Estados signatários. A integração física, a ligação eficiente entre todos eles, sempre foi considerada o pressuposto indispensável àquele fim.

Por esse motivo, e como tantas vezes me coube expressar no Comitê Intergovernamental Coordenador (CIO, inclusive ao ensejo da criação de seu Grupo de Intercâmbio Comercial e Complementação Industrial, cumpre ao CIC assumir, em toda a sua extensão, as amplas responsabilidades que lhe cabem no particular. Os estudos já procedidos, seja pelo organismo regional, seja pela AIAIC, indicam, sem lugar a dúvidas, quais os óbices, tarifários ou não, que estorvam as correntes normais de comércio na região, bem longe ainda de atingir os níveis que se poderiam razoavelmente esperar.

Estou, assim, persuadido, e submeto a idéia à consideração dos eminentes Chanceleres aqui presentes, que seria da mais alta conveniência que o CIC — eventualmente assistido por especialistas de nossos Governos em assuntos da AIAIC — procedesse a um exame da possibilidade de, através de iniciativas solidárias voltadas para o desenvolvimento e de desgravações aduaneiras amplas, se se fizerem necessárias, ou da eliminação de obstáculos não tarifários, intensificar ao máximo as relações econômicas na extensa região do Prata, elevando-as a níveis adequados,

compatíveis com o desenvolvimento já alcançado na área. Os resultados desse estudo, uma vez analisados por nossos Governos, seriam apreciados em conjunto, pelo CIC e a AIAIC. Estou propenso a considerar que, através de medidas práticas e objetivas, esse intercâmbio poderia ser — pelo menos — duplicado em prazo surpreendentemente curto.

novos caminhos

A articulação dessa série de providências entre o CIC e a AIAIC, na moldura dos Tratados de Montevidéu e da Bacia do Prata, não é incompatível nem com a letra, nem com o espírito desses documentos. Estaríamos, assim, dando os primeiros passos para a instituição de um sistema de maior cooperação econômica, entre países com uma estrutura de transportes e alto grau de complementação econômica, suscetível de servir de base a uma experiência dessa natureza. Estou convencido, insisto, de que este é um dos caminhos hábeis e seguros de dar cumprimento a todos os propósitos do Tratado da Bacia do Prata. Senhor Presidente,

Não poderia deixar de expressar a Vossa Excelência, Senhor Chanceler Alberto Vignes, a particular satisfação com que o vejo na direção dos nossos trabalhos. A reconhecida capacidade de homem público de Vossa Excelência, os seus dotes comprovados de diplomata e o seu espírito voltado para as grandes realidades da América, constituem uma certeza adicional de que os nossos trabalhos se incorporarão em lugar de relevo nos anais da história da integração da Bacia do Prata. Desejo também expressar a Vossa Excelência quanto me foi grato rever Buenos Aires e retomar o contato direto, que tive o privilégio de entreter, por tantos anos, com a nobre gente argentina e seu Governo. Considero dos pontos altos de minha carreira diplomática as duas oportunidades em que me coube servir nesta Capital à causa da harmonia e do entendimento entre os nossos países.

Senhor Presidente,

O Brasil, invariavelmente fiel a seu destino de nação americana e à vocação de trabalhar em consonância com os povos do Hemisfério, tem dedicado o melhor de sua atenção, no plano interno, à tarefa do desenvolvimento econômico e da justiça social. Estamos seguros de que esse é o grande mandato da atual geração de homens pú-

blicos da América e o título maior que ditará o veredito da história a respeito do seu desempenho. O desenvolvimento não é, porém, como tantas vezes já foi assinalado, uma tarefa solitária, embora constitua precipuamente, inclusive pelas peculiaridades de cada povo, responsabilidade primordial de cada um deles.

segurança econômica coletiva

O Brasil tem sido um constante propugnador das idéias de cooperação internacional e dos primeiros a levantar, nos foros mundiais, a bandeira da segurança econômica coletiva para o desenvolvimento. Essa convicção, que sempre nos animou, e a constante de nossa atuação no particular nos levam a reconhecer que existe, de parte de todos os nossos países, uma iniludível responsabilidade no tocante ao desenvolvimento continental. O Senhor Presidente da República expressou, a esse respeito, que l'ao aceitarmos essas responsabilidades, fazemo-lo com a inteligência de que a obrigação prioritária de promover o desenvolvi-

mento de nossos respectivos países não pode ser conseguido senão em harmonia com justos e equilibrados anseios da comunidade fraterna de que todos somos partes igualmente relevantes".

O Brasil, por todos esses motivos, jamais faltou com seu apoio firme e decidido à política de solidariedade continental e, de modo especial, à entidade regional da Bacia do Prata; Aqui estivemos sempre cooperando, em todos os terrenos, e participando de todas as iniciativas, de modo a garantir a essa região privilegiada os benefícios da paz, do desenvolvimento e da solidariedade, de conformidade com as melhores tradições da América.

É dentro desse espírito, Senhor Presidente, a mensagem que o Brasil, por minha voz, leva a todos os países da Bacia do Prata, onde, mercê de nossos esforços conjugados, estamos construindo uma forte comunidade regional, um solar de prosperidade e tranqüilidade, sob os auspícios da liberdade, da justiça e da solidariedade entre todos os seus componentes.

Muito obrigado.

chanceler brasileiro agradece homenagem do governo argentino

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Min. Ant. de Estado Francisco de Paula da Silveira, em 11 de junho de 1974, na VI Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, ao receber os insígnias da "Gra-Cruz da Ordem do Libertador General San Martín", conferidos pelo Presidente da Argentina, Tenente-General Juan Domingo Perón, na cidade de Buenos Aires

Senhor Chanceler,

Concede-me a VI Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata a grata oportunidade de retornar a Buenos Aires, da qual me afastei ao ser convidado pelo Presidente Ernesto Geisel para a pasta das Relações Exteriores.

Ao rever esta grande metrópole e sentir, de novo, o alto espírito que a vivifica, não me é possível deixar de recordar, com especial saudade, o tempo em que aqui vivi, nas duas ocasiões em que me foi dado o privilégio de exercer funções na Embaixada do Brasil, como Secretário, nos já distantes anos de 1949 e 1950, e, como Chefe de Missão, de 1969 a 1974.

Esses sentimentos se explicam não só por motivos pessoais, mas também, e principalmente, porque, durante esses sete anos, me foi dado conhecer, de perto, o nobre povo argentino, admirar-lhe suas excepcionais qualidades e me compenetrar, cada vez mais, da importância do estreitamento crescente das relações de nossos países, imperativo que nos apontam a história, a geografia, os sentimentos de afeto e os interesses nacionais da Argentina e do Brasil.

No momento, pois, em que, graças à confiança do Senhor Presidente da República, me cabe o júbilo na execução da política externa do Governo brasileiro, sinto-me particularmente à von-

tade no tratamento das questões que dizem respeito à amizade brasileiro-argentina.

Por todos esses motivos, considero profundamente sugestiva e emocionante esta cerimônia, durante a qual teve Vossa Excelência a gentileza de impor-me as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Libertador General San Martín, galardão que me confere Sua Excelência o Senhor Presidente da Nação Argentina, Tenente-General Juan Domingo Perón. Ao fazê-lo, teve Vossa Excelência a bondade de endereçar-me palavras generosas que tornaram ainda mais significativa essa homenagem que tanto e tão particularmente me penhora.

Ao solicitar, pois, a Vossa Excelência, tenha a gentileza de elevar ao ilustre Primeiro Mandatário da Nação Argentina o meu reconhecimento pela honra que me confere, é-me especialmente grato reiterar, neste momento, meus sentimentos de amizade pelo povo argentino, no que interpreto fielmente o sentir do povo e do governo brasileiros, e nosso firme propósito de incrementar o vasto campo de efetiva colaboração que o momento presente nos sugere.

Estou certo, Senhor Chanceler, de que a grande responsabilidade com que nos defrontamos nesta etapa significativa da História de nossos povos é a de, com imaginação criadora e olhos postos

nos altos destinos de nossos países, procurar explicitar e valorizar as coincidências de nossas posições e procurar criar as condições propícias para solucionar, a contento, as dificuldades que episodicamente possam surgir justamente da intimidade, variedade e magnitude dessas nossas relações.

Posso assegurar, e o faço com especial alegria, que tenho encontrado em Vossa Excelência um interlocutor franco e aberto, sempre pronto a encarar com espírito criador as questões que devem muito mais aproximar do que separar nossos dois países.

Essas circunstâncias, entre as quais ocupam lugar destacado a admiração profissional e a amizade pessoal que lhe dedico, fazem com que a honra que acaba de me ser conferida adquira, para mim, um sentimento todo especial. Simboliza ela, na extraordinário figura do Libertador San Martín, os mais nobres tradições do Noção Argentino, e, no gesto que tonto me desvanece, o penhor do amizade entre nossos Pátrias, amizade que, por se apresentar, como assinaei, como um imperativo histórico, não deixo de ser também uma grande empresa à qual devemos dedicar o nosso entusiasmo e o melhor de nossos esforços.

políticos e diplomatas: o diálogo indispensável

Discurso do Ministro de Estado das
Relações Exteriores na Sessão Conjunta
das Comissões Exteriores do Senado
Federal e da Câmara dos Deputados, em 19 de junho
de 1974, durante as comemorações do Dia das Nações Unidas

Nada me poderia ser mais grato, no exercício de minhas responsabilidades de Ministro de Estado, do que este primeiro contacto com as Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, na sessão comemorativa da assinatura da Carta de São Francisco.

O diálogo entre os legislativos e as chancelarias constitui uma peça indispensável da engrenagem institucional que permite aos Estados modernos dar maior representatividade à sua política externa, tornando-a um instrumento autêntico de expressão das aspirações e realidades na esfera internacional.

A cooperação com o Congresso é, assim, de alta valia para o bom desempenho da tarefa com que me honrou o Senhor Presidente da República, a de assisti-lo na formulação e na execução da política externa do Brasil. Atrevo-me a crer que contarei, em todas as oportunidades, com a experiência e o patriotismo dos eminentes parlamentares que compõem as duas comissões de Relações Exteriores e, em particular, com a dos seus ilustres Presidentes, o Senador Carvalho Pinto e o Deputado Raymundo Diniz.

diplomacia parlamentar

Do ponto de vista das relações internacionais, o segundo após-guerra se caracteriza pela formação e desenvolvimento de um sistema de cooperação multilateral, cujo órgão de cúpula é a Organização das Nações Unidas.

Este sistema multilateral resultou de um longo processo de ampliação do campo diplomático, ou, antes, do aumento do número dos sujeitos das relações internacionais, os Estados soberanos.

Iniciado no Século XIX com o concerto europeu, que passou a requerer conferências mais ou menos periódicas de representantes das principais nações do ocidente europeu, este processo se acentuou a partir de 1918 e se acelerou a partir de 1945. Ficou, então, evidente que a ação diplomática das principais potências se planetarizara. A paz se tornou indivisível, na medida em que mesmo as áreas mais remotas ou excêntricas constituíam potencialmente o cadinho de crises que poderiam engolfar o mundo inteiro nos horrores de um terceiro conflito mundial. Como produto dessa nova situação, nasceu o que se convencionou chamar de "diplomacia parlamentar", vale dizer, a aplicação das técnicas e métodos de tomada de decisões multilaterais aos entendimentos diplomáticos.

A questão fundamental que coloca a diplomacia parlamentar é a de determinar seu lugar e papel no conjunto da ação internacional do país. ~ claro que isto dependerá, basicamente, de condições históricas, permanentes, umas, circunstanciais outras. E, entre estas, das que têm a ver com o tipo de conjuntura internacional predominante num dado momento e com o interesse nacional específico de um ou de determinados Estados.

Quaisquer que sejam, porém, estas condicionantes, nenhum Estado pode ignorar a diplomacia parlamentar e os organismos que lhe dão vida. Cada Estado tem, hoje, o dever de avaliar e de sopesar a contribuição que a diplomacia multilateral pode trazer à consecução dos seus objetivos nacionais, bem como a contribuição própria que poderá proporcionar para a criação de uma ordem internacional justa e estável.

diplomacia multilateral e a onu

Não negarei que prevalece um generalizado ceticismo sobre a diplomacia multilateral e a Organização das Nações Unidas em particular. Quer-me parecer que, em grande parte, tal ceticismo representa uma espécie de reação ao otimismo ingênuo, e até messiânico, com que os homens de Estado e a opinião mundial haviam saudado a fundação da ONU e o aparecimento das suas agências especializadas. Este desapontamento, proporcional na sua intensidade às esperanças iniciais, traduz-se com freqüência em crítica à eficácia do sistema na consecução dos seus objetivos, especialmente no tocante à preservação da paz e da segurança internacionais. A experiência da ONU, nesse campo vital, não corresponde inteiramente às expectativas dos seus criadores. Não há dúvida, também, de que, devido à proliferação de organismos, de comitês e de grupos de trabalho, os custos globais do sistema resultam substancialmente elevados e que aos Estados é que cabe arcar com os ônus crescentes que daí decorrem.

A questão não pode ser reduzida, porém, a termos estritos de custos e rendimentos, pois não é assim que se avalia a operação de uma entidade política. Não há alternativa para conduzir as relações entre Estados soberanos no tratamento de assuntos que afetam os interesses de numerosos países, quer em escala regional, quer em escala universal.

pragmatismo responsável

A diplomacia brasileira parte de uma avaliação sóbria e objetiva das possibilidades e das limitações, das oportunidades e das frustrações que o sistema multilateral oferece à sua atuação. Evita, de um lado, o irrealismo de posições utópicas, que vêem nas Nações Unidas a solução de todos os males, e, de outro, o ceticismo sistemático que

descreve a possibilidade de ação construtiva mediante a cooperação entre as nações. Cabe afastar ambos os extremos, perseguindo-se, também aqui, aquela linha de "pragmatismo responsável" que orienta a política exterior do Brasil, segundo a inspirada definição do Senhor Presidente da República.

reações da onu

Ora, essa avaliação objetiva e sem preconceitos, nos leva a reconhecer que têm sido muitas, e muito positivas, as realizações da Organização das Nações Unidas nestes conturbados anos de sua existência. Não lhes vou fazer o inventário, mas gostaria de mencionar, aqui, aquelas que mais de perto nos tocam.

força de paz internacional

Apesar das dificuldades inerentes à solução de conflitos de poder na sociedade internacional, as Nações Unidas puderam agir de maneira efetiva em várias das crises mundiais que ocorreram desde 1945. Entre 1957 e 1967, o Oriente Médio pôde conhecer uma fase de relativa estabilidade graças à presença de uma Força de Paz Internacional, a quem não faltou um contingente do nosso Exército. Graças a outra força internacional, em que esteve presente a Força Aérea Brasileira, pôde o Zaire preservar a sua independência e a sua integridade territorial em meio aos ventos difíceis da guerra fria. Atualmente outra força internacional, sob a égide das Nações Unidas, cria em Chipre as condições indispensáveis à obra de paz e de entendimento entre as comunidades de origem grega e turca que ali vivem.

desenvolvimento econômico e social

Pode-se dizer que, sem o debate político nas Nações Unidas, o desenvolvimento econômico e social não teria passado das especulações teóricas dos economistas para o plano da consciência internacional e para o da ação coordenada dos Estados. Graças aos esforços das Nações Unidas, existe hoje, igualmente, uma consciência mais nítida da responsabilidade coletiva no suprimento adequado de alimentos para uma população crescente e confrontada com o perigo da desnutrição.

meio-ambiente

O tratamento do problema real, iniludível, de um meio-ambiente ameaçado em escala global pelas formas mais variadas de poluição e de contaminação não teria seguramente se libertado de estreitas concepções neo-maltusianas, próprias às sociedades pós-industriais, se as Nações Unidas não tivessem trazido a contribuição dos países em via de desenvolvimento, para os quais, a despeito de grave, a questão não comporta uma solução simplista que, em última análise, implicaria apenas em congelar as desigualdades econômicas entre regiões do mundo.

Seria longo o inventário. Quero deter-me apenas em mais dois aspectos da atuação da ONU que nos são mais presentes no atual momento.

eliminação de formas de dominação colonial

Refiro-me, primeiro, ao problema da eliminação das formas de dominação colonial em todas as suas modalidades de dominação econômica, política e racial. ~ indubitável a contribuição prestada nesse sentido pela ONU desde os primeiros anos de sua existência. Dezenas de países foram criados, centenas de milhões de pessoas foram transformadas em cidadãos de países independentes durante os anos de atuação da ONU e, para esse resultado, largamente contribuiu a Organização. O ideal de criação de uma comunidade universal de povos livres ainda não foi alcançado. Continuamos a manter, pois, nos foros internacionais, uma atitude de constante condenação à dominação exógena em todas as suas formas, as quais, em última análise, se identificam, se superpõem e se reforçam mutuamente. Estaríamos traindo a nossa própria história e o caráter multi-racial da nação brasileira se assim não o fizéssemos.

independência de territórios portugueses na África

Nesse contexto, devo fazer uma menção especial à questão da independência dos territórios sob administração portuguesa na África, que acontecimentos recentes vieram trazer à tona das preocupações das chancelarias. Temos a consciência nítida de uma responsabilidade histórica pelo futuro dessas comunidades africanas, comunidades a que não só estamos ligados pelo sangue e pela cultura, mas que, também como o Brasil,

surgiram do mesmo movimento irreprimivelmente criador que foi a expansão ultramarina portuguesa.

Esta especial responsabilidade histórica do Brasil exige de nós que estejamos preparados a prestar a colaboração de nossa voz e de nossos atos no encaminhamento de soluções justas e urgentes. Não nos iludamos, contudo. Por mais engenhosas que sejam as fórmulas e por melhor inspiradas que sejam as negociações, não haverá obra autêntica e duradoura de engenharia política se não se assegurar a consecução das legítimas aspirações da África e o respeito aos direitos das comunidades locais, inclusive no que têm de portuguesas, pois a realidade humana dos territórios africanos sob administração lusitana não se esgota em apenas uma de suas facetas.

Na longa história do "mundo que o português criou" nunca se esperou tanto da imaginação e ao mesmo tempo da sabedoria política de homens de Estado, daquele equilíbrio de qualidades que caracterizou a ação de estadistas portugueses e brasileiros, sobre quem recaiu no passado a tarefa ingente da construção nacional.

direito do mar

Tendo aludido à questão da eficiência do mecanismo multilateral, não poderia silenciar sobre o novo teste que ele enfrentará a partir de amanhã, com o início, em Caracas, da 11ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, convocada para rever e completar o sistema jurídico que regula as atividades dos Estados e dos seus nacionais no espaço marítimo.

Como sabem os senhores, a questão central da delimitação do mar territorial não pôde jamais ser objeto de acordo internacional, pois malograram as três tentativas feitas pela Conferência da Haia, em 1931, e pelas duas Conferências de Genebra, de 1958 e de 1960. Desde então, a tecnologia marinha veio permitir a exploração e utilização de recursos minerais, especialmente de petróleo, a profundidades crescentes. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento tomavam consciência da necessidade de mobilizar os recursos das águas adjacentes às suas costas em benefício de seus povos.

zona econômica exclusiva

Foram os países latino-americanos, em particular o Chile, o Peru, a Argentina, o Uruguai e o Equador,

dor, os primeiros a defender uma revisão do velho direito do mar e a propor um novo direito que reconhecesse aos Estados ribeirinhos a possibilidade de estender suas jurisdições sobre uma faixa ampla do seu litoral, no caso, 200 milhas náuticas. Em 1970, o Brasil uniu-se a eles. A Declaração de Santo Domingo veio trazer a adesão das Nações irmãs da América Central e do Caribe ao que então já se tornara uma idéia-força das relações internacionais. Pouco tempo depois, foram os países africanos que avançaram o conceito de uma "zona econômica exclusiva", estritamente aparentada ao mar de 200 milhas, nas duas formas latino-americanas de mar territorial e de mar patrimonial. Para indicar a evolução por que passou o assunto nos últimos anos, basta assinalar que, em 1970, apenas 11 países defendiam o direito de estender sua jurisdição para além dos limites tradicionais das 12 milhas costeiras, enquanto que, atualmente, mais de 70 nações apoiam a tese de que o Estado costeiro tem ou deve ter o direito de estender sua soberania até o limite que lhes pareça adequado.

o brasil na conferência de caracas

A atuação do Brasil na Conferência de Caracas está balizada pelos princípios contidos no Decreto-lei nº 1.098, de março de 1970, pelo qual o Brasil estendeu sua soberania sobre uma faixa de 200 milhas náuticas. No exercício desta soberania, o Brasil se reserva o pleno controle dos recursos vivos e minerais, renováveis e não-renováveis, que existem na coluna de água, no solo e no subsolo de seu mar territorial, sem falar na competência de aplicar as medidas necessárias à preservação do meio marinho e ao controle da poluição e da pesquisa científica.

mar territorial

Quanto à navegação e ao sobrevôo no mar territorial o Brasil acredita que pelo próprio exercício da soberania, que é na verdade um soma-

tório de jurisdições, é possível chegar a uma solução internacional que satisfaça tanto os interesses do país costeiro como as indispensáveis garantias objetivas à navegação.

O Brasil comparecerá à Conferência de Caracas animado da vontade política de procurar a mais ampla área de entendimento entre as várias posições nacionais, sem prejuízo do que considera os seus legítimos interesses. Após décadas de frustração, a comunidade internacional dispõe agora da possibilidade real de criar uma ordem verdadeiramente estável e eqüitativa para os mares e para os oceanos. É convicção do Governo brasileiro que esta oportunidade não pode ser sacrificada às considerações estreitas de poder de um punhado de nações para as quais o velho princípio da liberdade dos mares significa apenas uma carta branca para o exercício, **de facto**, de antiquadas aspirações de hegemonia ou dominação.

É dever de todos os países colaborar nesta tarefa de construir a nova ordem pública dos oceanos — e o Brasil não se furtará a ele, tendo sempre presentes as diretrizes básicas de política exterior já definidas nestas palavras do Senhor Presidente Ernesto Geisel: "senso de responsabilidade como grande nação adulta cuja voz já se faz ouvir, espírito de colaboração aberto aos problemas ecumênicos da paz e do progresso, convicção do dever de participar também da ajuda mútua entre os povos, crença na solidariedade continental que se alicerça no imperativo geográfico e na história de vários séculos — devem inspirar-lhe o roteiro a seguir, neste mundo intranquilo e perplexo de nossos dias".

Quero concluir estas palavras reiterando a fé e a confiança do Brasil nas Nações Unidas e nos propósitos e princípios da Carta de São Francisco. Essa fé e essa confiança é que nos leva a em prestar apoio à Organização e a procurar dar à nossa atuação diplomática nos seus foros aquela dimensão ao mesmo tempo criadora e operativa, sem a qual não há grandeza na política externa de um país.

Muito obrigado.

brasil defende

Intervenção feita pelo Delegado do Brasil, Embaixador
Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro, Brasil - Embaixador no debate
geral da II Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar,
em Caracas, Venezuela, em 28 de junho de 1974

Passados três anos de preparação para esta conferência, é de esperar possam os participantes, estimulados pela magnífica hospitalidade do povo e Governo venezuelano, ter idéias mais precisas sobre o nível de harmonização possível dos interesses em jogo, nível a partir do qual seria factível criar uma normatividade universalmente aceitável para o uso do mar.

Grupos de países, que partiram de posições divergentes e mesmo opostos, certamente têm hoje uma compreensão mais justa dos interesses e dos legítimos motivações dos demais. Este fato não pode levar-nos a otimismo fáceis, pois as diferenças são ainda substanciais. Além disso, nem sempre empregamos as mesmas expressões com o mesmo sentido.

Sempre foi convicção do Brasil, como o dos outros países que haviam estendido sua soberania a 200 milhas, que essa extensão, em oceanos abertos, era adequado e necessária à proteção dos interesses dos ribeirinhos e, ao mesmo tempo, não implicava prejuízo real a qualquer interesse legítimo da comunidade internacional. Só temos razões, passados três anos, para confirmarmos essa convicção.

Ficou bastante claro e, com maior ou menor ênfase, foi aceito por grande número de países — talvez a maioria — que o antigo noção de um estreito mar territorial não assegurava, nas circunstâncias econômicas e tecnológicas de hoje, os interesses fundamentais dos países costeiros, que buscam o desenvolvimento econômico acele-

rado em benefício de suas populações, na exploração dos recursos marítimos, na preservação da ecologia do meio onde se encontram tais recursos, no controle, desde sua autorização até o acesso a seus resultados, das investigações científicas destinadas ao melhor conhecimento desse meio.

O exercício da soberania para proteger esses interesses jamais foi visto, por aqueles que o entenderam a 200 milhas, como prejudicial ao interesse de todos os países de manter abertos e seguras as comunicações internacionais. Essa garantia das comunicações é que constitui legítimo interesse da comunidade internacional. Seja qual for o nome que se lhe dê, esse direito de trânsito não poderá ser a liberdade de navegação classicamente admitida para o alto mar, pois necessariamente estará sujeito às limitações que resultarão do exercício dos poderes do Estado costeiro. Mas nem estas deverão ser arbitrarias nem, por sua natureza, deverão ocasionar dificuldades mensuráveis ao uso do mar para o navegação de qualquer espécie.

Sob formas diferentes, e às vezes emprestando as expressões preexistentes um conteúdo novo, os Estados que adotaram as 200 milhas procuraram dar garantias à navegação internacional. Uns continuaram a reconhecer, nos áreas novos que incorporaram à sua soberania, a liberdade de navegação, como se se tratasse de alto mar, o que demonstrava a impropriedade dos velhos conceitos para reger as situações novas, pois de fato os

restrições limitadas, mas necessárias à fiscalização nessa área, criam um regime que não coincide com o do alto mar. Outros, e este é o caso do Brasil, aplicaram a todo o mar territorial, logicamente, o regime que lhe é tradicionalmente próprio, de "passagem inocente", mas o entenderam, nessa nova amplitude geográfica, de forma menos subjetiva do que lhes seria permitido pelo direito costumeiro internacional, ou pela Convenção sobre Mar Territorial e Zona Contígua, de 1958. Na verdade, a legislação e a prática brasileiras sempre garantiram o livre trânsito no mar territorial, desde que não fossem exercidas atividades estranhas à navegação.

A partir, portanto, dessa legislação e dessa prática, em perfeita consonância com os motivos que nos levaram — como tantos outros países — a estender soberania e jurisdição a 200 milhas, ser-nos-ia possível encontrar o conceito inovador que corresponda ao regime da navegação na faixa que foi acrescentada à soberania nodonal pela ampliação do mar territorial. Ainda rer-antamente, por ocasião de Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados do Brasil, o Chanceler Azeredo da Silveira teve oportunidade de declarar: "Quanto à navegação marítima e ao sobrevôo do mar territorial, o Brasil acredita que pelo próprio exercício da soberania, que é na verdade o somatório das jurisdições, é possível chegar a uma solução internacional que satisfaça tanto aos interesses do país costeiro como às indispensáveis garantias objetivas à navegação".

Em tese, haveria, pelo menos, três formas de definir o regime de navegação na extensão de mar sob a soberania ou jurisdição nacional, entre a faixa contígua à costa, em que prevalece o regime da passagem inocente, e a zona internacional, em que se mantém o regime clássico da liberdade de navegação. Pode-se dizer que nessa área intermédio se admite uma liberdade da navegação e sobrevôo diferenciada, porque restringido pelos poderes do Estado costeiro de fiscalizar a observância de seus direitos soberanos sobre os recursos naturais, sobre a pesquisa científica e a poluição. Ou se pode dizer que, nessa área de soberania, se aplica um regime de passagem inocente também modificado, liberalizado pela não-imposição, pelo Estado costeiro, de zonas de segurança a serem evitadas pela navegação e de regulamentos estritos sobre a passagem de navios de guerra, reservado talvez apenas o direito de autorizar exercícios com armas e

explosivos. Uma terceira fórmula, que nos parece mais simples e cujos termos refletem mais especifica e legitimamente a realidade, consistirá em dizer-se que na área referida será livre o trânsito para os fins exclusivos da navegação, do transporte e das comunicações em geral. Tal dispositivo faria a contrapartida daquele em que a soberania, ou os direitos soberanos do Estado ribeirinho, sobre a mesma faixa de seu mar, seriam definidos em função, também, de suas finalidades.

Essas são possibilidades a considerar, para uma solução conciliatória e equilibrada, como parte de um eventual acordo geral.

Por outro lado, já tivemos oportunidade de manifestar, no Comitê dos Fundos Marinhos, em março de 1973, a satisfação com que registramos, num contexto temático mais amplo, a apresentação de conceitos que, embora não coincidindo inteiramente com os que temos sustentado, deles bastante se aproximam, como o do mar patrimonial, consagrado por bom número de países latino-americanos na declaração de Santo Domingo, e o de zona econômica exclusiva, que os países africanos têm afirmado em diversos documentos. Ambos os conceitos visam a atender as preocupações dos países costeiros, preocupações que deram origem às medidas legislativas dos países que, como o Brasil, proclamaram um mar territorial de duzentas milhas.

A aceitação crescente desses conceitos indica claramente a irreversibilidade da tendência a uma nova ordem de justiça para os mares de que o mar territorial de duzentas milhas foi o precursor e, a nosso ver, é ainda a enunciação mais simples, mais lógica e mais coerente.

Mais importante que precisar os fundamentos jurídicos dos poderes exercidos será, cremos, definir com clareza em que consistem esses poderes e definir os direitos que no mar nacional não devem ser negados a terceiros Estados, como o de usar o mar para as comunicações.

O fundo deve prevalecer sobre a forma e a terminologia, por importante que seja, o é menos que o conteúdo. Por isso, consideraríamos que os conceitos de mar patrimonial e zona econômica só podem ser construtivos se guardarem a substância e o sentido com que foram apresentados. Caberia estarmos atentos e nos opormos a iniciativas confusionistas que visem a cobrir, com tais designações, propostas novas, de outra natureza e com características e objetivos dife-

rentes, as quais só podem dificultar a busca de uma solução conciliatória e equilibrada. Preferi, Senhor Presidente, limitar-me a abordar nesta declaração uma das questões que nos devem ocupar, a da natureza e extensão dos poderes do Estado costeiro sobre o mar adjacente, questão cuja importância consideramos fundamental. Não desejaria porém terminar sem referir-me a outro problema também importante: o dos Estados sem litoral. Minha Delegação compreende as aspirações desses Estados e sente-se no dever de unir-se aos esforços para atender a seus legítimos interesses. Pensamos, naturalmente, em todos os países sem litoral, mas pensamos muito especialmente nos países em desenvolvimento e, sobretudo, em nossos vizinhos e amigos, Bolívia e Paraguai. Examinaremos com empenho a possibilidade de desenvolver em fórmulas gerais a política de amizade e cooperação que temos sempre mantido em relação a esses dois países, facilitando-lhes, através de nosso território, o mais amplo acesso para que possam fazer uso efetivo do mar.

Não por ser menos importante, deixo de tratar do regime e mecanismo para a exploração dos fundos marinhos além da jurisdição nacional, tema sobre o qual a posição do Brasil é bem conhecida. Lutamos pelo reconhecimento de que

a área e seus recursos constituem um patrimônio comum da humanidade, e lutaremos agora para que esse princípio, hoje universalmente consagrado, se traduza em um sistema operativo, que assegure a igualdade do direito de todos os povos aos benefícios da exploração da área, e que constitua um instrumento a mais no esforço internacional dos países em desenvolvimento para superar a barreira do atraso econômico e tecnológico.

O clima em que se desenrolaram os entendimentos nestes primeiros dias da 11ª Conferência do Direito do Mar permite-nos sermos razoavelmente otimistas quanto ao encaminhamento das questões substantivas que mais preocupam a todos nós. Confiamos em que esse espírito de respeito e compreensão dos legítimos interesses de cada um continue a prevalecer. Esta Conferência, como assinalou de maneira tão precisa e eloquente Sua Excelência o Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, "es un concilio universal de ideas, de iniciativas y de propósitos destinados a realizar también la paz internacional, la auténtica paz que se sustente en el bienestar y en la igualdad de todas las naciones". Possamos nós atingir o objetivo comum: um novo direito do mar, que corresponda às aspirações mais altas de equidade e justiça de todos os homens.

relações diplomáticas

O Presidente da República, Ernesto Geisel, por Decreto nº 73.931, de 10 de abril de 1974, revogou o artigo 2.º do Decreto n.º 61.034, de 17 de julho de 1967, que atribuía caráter cumulativo com a Embaixada na Tunísia à Embaixada do Brasil na República Árabe da Líbia. A nova Missão diplomática passa a ter sua sede na cidade de Trípoli.

Em 14 de maio de 1974, o Governo brasileiro decidiu abrir uma representação diplomática, em

nível de Embaixada, em Daca, capital da República Popular de Bangladesh.

A República Federativa do Brasil estabeleceu relações diplomáticas, ao nível de Embaixadores não-residentes, com os seguintes Estados:

Em 10 de junho de 1974, com o Governo dos Emirados Árabes Unidos.

Em 26 de junho de 1974, com o Estado de Bahrain.

relações comerciais

missão de alberta: canadenses desejam incrementar intercâmbio comercial com o brasil

Esteve no Brasil, de 17 a 19 de junho de 1974, para uma série de contatos com autoridades e empresários brasileiros, uma Missão Comercial do Governo da Província canadense de Alberta, chefiada pelo Senhor Frederick H. Peacock, Ministro da Indústria e do Comércio daquela província, e integrada por outras seis autoridades canadenses.

O objetivo da Missão foi o de dar continuidade a contatos que vinham sendo mantidos desde agosto de 1973, entre a Embaixada do Brasil em Ottawa e aquele Governo provincial, com vistas a analisar a viabilidade de operação vinculada, no sentido do barateamento dos fretes marítimos, da venda de carvão metalúrgico de Alberta ao Brasil e compra de minério de ferro brasileiro para as usinas siderúrgicas de Alberta e da Costa do Pacífico canadense.

Em janeiro último, Missão técnica brasileira do CONSIDER e da Companhia Vale do Rio Doce visitara Alberta. Aprofundando os contatos iniciais efetuados em nível diplomático, concluiu pela viabilidade técnica, em princípio, da operação, tendo o Governo de Alberta decidido pelo envio de Missão a ser chefiada pelo Senhor Peacock.

Em sua vinda ao Brasil, a Missão de Alberta esteve em Brasília, São Paulo, Santos, Salvador, Rio de

Janeiro e Vitória. O programa da visita esteve a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio que, com a assistência do Ministério das Relações Exteriores e da Embaixada do Canadá e, em colaboração com os Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes, elaborou uma série de entrevistas e reuniões de trabalho para discutir, não só a operação minério de ferro-carvão metalúrgico, que foi o objetivo principal da Missão, mas também outros assuntos que passaram a integrar sua agenda. Entre estes: venda de equipamentos agrícolas pesados ao Brasil; política habitacional brasileira; desenvolvimento dos sistemas de transportes no Brasil; possibilidades de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países; assistência técnica entre os dois países; assistência técnica canadense ao projeto de levantamento do potencial mineral de Goiás, incluindo o interesse brasileiro em importar **know-how** e tecnologia canadenses.

A Missão visitou usinas siderúrgicas brasileiras, instalações portuárias e de transportes, o Centro Industrial de Aratu e o complexo mineral e siderúrgico em Vitória e Tubarão.

Em Brasília, foi recebida pelos Ministros do Indústria e do Comércio, das Relações Exteriores e das Minas e Energia, além de outras altas autoridades brasileiras. Realizaram-se reuniões de tra-

bolho com o CONSIDER, a SIDERBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce S.A. e os Ministérios da Agricultura e dos Transportes.

Nessas reuniões, constituiu-se objeto de consideração especial o intercâmbio de carvão canadense por minério de ferro brasileiro. Considerou-se também a possibilidade de associação de empresas brasileiras a firmas canadenses em **joint ventures**, destinadas à ampliação da capacidade extrativa de carvão em Alberta; de estudos conducentes à participação de empresas de Alberta em empreendimentos mineiros no Brasil, nos setores de minério de ferro e, eventualmente, no de bauxita. Os representantes canadenses e brasileiros manifestaram interesse em que empresas dos dois países realizem empreendimentos conjuntos para a extração, beneficiamento e exportação de rochas fosfatadas.

austrália quer investir no brasil

De 18 a 30 de maio de 1974, visitou o Brasil uma missão exploratória de investimentos da Austrália, chefiada pelo Senhor P. J. Dixon, Primeiro-Secretário Adjunto do Departamento de Comércio Exterior australiano, e integrada por seis representantes dos setores público e privado daquele país.

A Missão, que visitou Manaus, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, teve como objetivos a tomada de contato com a realidade econômica brasileira e a identificação das áreas mais promissoras para o investimento direto australiano, no nosso país. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores promoveu, no Itamaraty, em Brasília, um seminário sobre o desenvolvimento brasileiro, com a colaboração dos Ministérios da Agricultura, Minas e Energia, Indústria e Comércio, Interior (SUDAM e SUDENE), Fazenda (Banco Central do Brasil) e da Secretaria de Planejamento.

feira internacional de lisboa.

brasil vai montar carros em portugal

Participaram da Feira Internacional de Lisboa, iniciada em 12 de junho último, 25 empresas nócionais de produtos manufaturados, bens de equipamentos industriais e de engenharia de projetos.

Além dos stands da Volkswagen do Brasil S.A., o FIL contou com as seguintes empresas brasileiras: Hidroservice — Engenharia de Projetos, Com.

panhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio (COBEC); Indústria Sul-Americana de Metais S.A.; Indústria Metalúrgica Brogotá S.A.; Metal Yannes S.A. Indústria e Comércio; Sociedade Brasileira de Móveis de Ferro e Aço, Eucatex S.A.; Baumer Equipamento Médico Hospitalar S.A.; Dismac Industrial Ltda.; Ferros Elétricos Tupy S. A.; Dimas de Meio Pimenta S.A. Indústria de Relógios; e Manufatura de Brinquedos Estrela S.A.

A aceitação pelos portugueses dos carros brasileiros foi considerada excepcional e, uma semana após a inauguração do pavilhão brasileiro, foi realizado um acordo entre a Volkswagen do Brasil Sociedade Anônima e sua congênere portuguesa para a montagem, a partir do mês de agosto, naquele país, de veículos da linha "Brasília". Além disso, começarão, ainda este ano, as exportações para o mercado português dos veículos — desmontados — do modelo "Fuscão" 1500 e da linha "Variant" para os primeiros meses de 1975.

seminário em manchester: aumento de exportações é fator decisivo para o crescimento econômico

Realizou-se em 22 de maio de 1974, em Manchester, o Seminário "The Industrialist's Approach to Doing Business in Brazil", sob o patrocínio da "British European Industrial Review" e da Câmara de Comércio e Indústria daquela cidade.

O Seminário foi aberto pelo Embaixador Sérgio Corrêa da Costa e contou com a participação de banqueiros e industriais ingleses. Seu objetivo foi o de fornecer um quadro atualizado do mercado brasileiro a companhias interessadas em operar no Brasil.

Conferencistas brasileiros e ingleses, entre os quais o Dr. José Fernandes Luna, Gerente da Agência do Banco do Brasil em Londres, abordaram os vários aspectos do atual estágio do desenvolvimento brasileiro, as relações comerciais anglo-brasileiras, a expansão industrial do Brasil, desde 1968, as oportunidades abertas aos capitais ingleses e o sistema tributário e legislação social no Brasil.

O Embaixador Sérgio Corrêa da Costa assinalou a similaridade de situações, em que o aumento das exportações, tanto no Brasil como no Reino Unido, é fator decisivo para o crescimento econômico. Referiu-se ao aumento substancial nas trocas anglo-brasileiras a partir de 1968, salientando: "Nos últimos anos o comércio entre o Brasil e o Reino

Unido cresceu a uma taxa superior ao total das trocas brasileiras com o exterior - o que é uma conquista bastante favorável — tendo em vista que o comércio total do Brasil cresceu cerca de 220% naquele período".

"A manutenção da taxa de expansão do comércio brasileiro dependerá fundamentalmente da capacidade de os exportadores britânicos competirem

com outros países industrializados em preço, qualidade, prazos de entrega.¹

Do lado brasileiro, explicou ainda o Embaixador, "as perspectivas para o aumento das exportações para o Reino Unido são bastante promissoras a longo prazo, prevendo-se aumento no fornecimento de minério de ferro, soja e alguns manufaturados".

acordo sobre fornecimento de material a itaipu

Notas trocadas entre os Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai, em 17 de maio de 1974

nota brasileira

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, com relação ao Artigo XI do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973 entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai, para a aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu.

2. A respeito, e com o propósito de alcançar uma utilização "equitativa" dos "equipamentos e materiais disponíveis nos dois países", meu Governo, através de conversações prévias, tomou conhecimento de que o Paraguai se propõe estimular, desde já, a formação de empresas nacionais, binacionais e trinacionais no Paraguai, com participação brasileira nesses dois últimos casos e com capacidade de prover as necessidades de cimento, madeira, cal, pedra e areia. Esses produtos terão sua aquisição recomendada por ambos os Governos à entidade binacional ITAIPU, sempre que as ofertas se encontrem dentro de margens razoáveis de competitividade, correspondam às necessidades da entidade binacional e às da segurança da obra.

3. O Governo brasileiro se propõe, pois, a examinar, quanto a uma empresa binacional paraguaio-brasileira adequadamente dimensionada, uma garantia de mercado, com duração de tempo e mecanismo de preços a serem definidos, para o cimento excedente da produção que for destinada à ITAIPU.

4. No caso de empresas trinacionais, com participação paraguaia e brasileira, o terceiro país teria que oferecer iguais facilidades de fornecimento a obras semelhantes e de reserva de mercado.

5. Informo, igualmente, Vossa Excelência de que, poro a constituição e operação das referidas empresas, o Governo da República Federativa do Brasil ou a ini-

ciativa privada brasileira estariam em condições de considerar a possibilidade de cooperação técnica e financeira.

6. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que precede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antonio F. Azereclo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

nota paraguaia

Señor Ministro,

T8Ogo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasi3n de acusar recibo de su Nota dei dia de la fecha, cujo texto en espa3ol es el siguiente:

"Señor Ministro,

Tengo el hO"lor de dirigirme a Vuestra Excelencia, con relaci3n 01 ort3cul" XI dei Tratado de Itaipu, suscrito el 26 de abril de 1973 entre los Gobiernos de la Rep3blica Federativa dei Brasil V de la Rep3blica dei Paraguav para el aprovechamiento hidroel3ctrico de los recursos hidr3ulicos dei rio Paran3, pertenecientes en condominio a las dos pa3ses, desde e inclusive el Salto Grande de Sete Quedas o Salto dei Guairá hasta la boca dei rio Yguazu.

2. Al respecto, V con el propósito de alcanzar una utilizaci3n "equitativa" de las "equipos y materiales disponibles en las dos pa3ses", mi Gobierno, a través de conversaciones prévias, toma conocimiento de que el Paraguav se propone estimular, desde ya, la formaci3n de empresas nacionales, binacionales y t ri nacional es en el Paraguav, con participaci3n brasilena en esos dos últimos casos V con c3lidad de suplir las necesidades de cemento, madera, cal, piedra y arena. Esos productos tendr3n su adquisici3n recomendada por ambos Gobiernos a la entidad binacional "Itaipu". siempre que las ofertas se encuentren dentro de mar.

genes razonables de competencia, correspondam a las necesidades de la entidad binacional y a las de seguridad de la obra.

3. El Gobierno brasileño se propone, pués, examinar, 9n el caso de una empresa binacional paraguayo, brasileña adecuadamente dimensionada, una garantía de mercado, con duración de tiempo y mecanismo de precios a ser definidos, para el cemento excedente de la producción que fuere destinada a la /Itaipu/.

4. En el caso de empresas trinacionales, con participación paraguaya y brasileña, el tercer país tendría que ofrecer iguales facilidades de suministro a obras semejantes y de reserva de mercado.

5. Informo, igualmente, a Vuestra Excelencia de que, para la constitución y operación de las referidas empresas, el Gobierno de la República Federativa de Brasil o la iniciativa privada brasileña estarían en condiciones de considerar la posibilidad de cooperación técnica y financiera.

6. En caso de que el Gobierno de Paraguay concuerde con lo que precede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Hago propicia la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta consideración. Fdo, Antonio F. Azeredo da Silveira".

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la Nota precedentemente transcrita y por consiguiente, la misma y la presente Nota constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. /

Raul Sapena Pastor
Ministro de Relaciones Exteriores y Culto
de Paraguay

brasil e bolívia firmam acordos

acordo de cooperação e complementação industrial

Desejosos de diversificar a cooperação que já existe entre eles nos mais diversos campos, como expressão da tradicional e ininterrupta amizade entre os dois países;

Conscientes de que a cooperação mútua entre seus Governos e povos reveste-se de grande importância para o desenvolvimento de suas respectivas economias, pelas possibilidades de complementação que se oferecem em diversos campos;

Convencidos de que, ampliando essa complementação no campo industrial e dos serviços, estarão contribuindo para uma mais rápida transformação estrutural das economias do Brasil e da Bolívia, com vistas a acelerar os respectivos processos de desenvolvimento econômico e social em seus âmbitos nacionais;

E tendo em conta a "Ata de Cooperação entre o Brasil e a Bolívia no Campo dos Hidrocarbonetos, Siderurgia e outros projetos industriais correlatos", assinada em Brasília em 30 de novembro de 1973, e a "Ata do Reunión sobre Cooperação e Complementação Industrial entre o Brasil e a Bolívia", assinada em La Paz em 8 de abril de 1974;

Resolveram celebrar o presente Acordo, e para esse fim, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

Pela República Federativa do Brasil,
Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

Pela República da Bolívia,
Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto, General-de-Brigada Alberto Guzmán Soriano.

artigo I

Os Governos do Brasil e da Bolívia concordam em promover, com a possível brevidade, a realização dos seguintes objetivos:

1. A implantação de um pólo industrial de desenvolvimento na região sudeste da Bolívia, baseado no aproveitamento do gás natural boliviano e das diversas matérias-primas existentes na mencionada região. As principais indústrias e obras previstas para o pólo são:

- Siderurgia integrada e combinada com a mineração de ferro;
- Petroquímica, com um complexo de fertilizantes nitrogenados;
- Indústria de cimento;
- Geração de energia elétrica para abastecer as necessidades do pólo;
- Infra-estrutura necessária para o pólo.

2. A aquisição pelo Brasil de gás natural boliviano para suas necessidades energéticas e industriais.

Parágrafo único. A Bolívia está disposta a concretizar a venda de gás natural ao Brasil em conjunção com a implantação de um pólo de desenvolvimento na região sudeste de seu território. O Brasil, além de adquirir gás natural boliviano, está disposto a garantir mercado para produtos industriais do pólo de desenvolvimento boliviano, a cooperar para o necessário financiamento e a proporcionar assistência técnica por solicitação do Governo da Bolívia.

artigo 11

Os Governos do Brasil e da Bolívia cooperarão para o realização de estudos sobre os seguintes programas e projetos industriais e obras em território boliviano:

- Um complexo siderúrgico com capacidade mínima em redução direta de novecentas mil (900.000) toneladas métricas anuais de ferro-esponja; e, em aciaria e laminação, de aproximadamente quinhentas mil (500.000) toneladas métricas anuais em termos de aço cru.
- Um complexo de fertilizantes nitrogenados com capacidade de produção de mil (1.000) toneladas métricas diárias de uréia.
- Uma fábrica de cimento com capacidade de produção de mil (<1.000) toneladas métricas diárias.
- Todas as obras de infra-estrutura necessárias à instalação e operação eficiente das unidades industriais indicadas no presente artigo.

artigo 111

O Governo da Bolívia apresentará ao Governo do Brasil um estudo de reservas de gás certificando a existência suficiente para fornecer ao Brasil-uma média de duzentos e quarenta milhões de pés cúbicos diários (240

MMPCD) de gás natural pelo prazo de vinte (20) anos. Parágrafo 1.º O Governo da Bolívia realizará os estudos de um gasoduto com capacidade suficiente para atender às necessidades das indústrias a serem instaladas em território boliviano e ao abastecimento de 240 MMPCD de gás natural ao Brasil.

Parágrafo 2.º O Governo do Brasil realizará os estudos do gasoduto desde a fronteira de ambos os países até seus centros de consumo.

artigo IV

No caso de os estudos dos programas e projetos previstos nos Artigos 11 e 111 demonstrarem sua viabilidade técnico-econômico, os Partes Contratantes assumem os seguintes compromissos:

1. O Governo do Brasil compromete-se a cooperar, por solicitação do Governo da Bolívia, na implantação e execução harmônica e coordenada dos projetos e obras de infra-estrutura contemplados nos Artigos 11 e 111, nos termos e condições dos Anexos I, 11 e 111.
2. O Governo do Brasil compromete-se a garantir mercado para os produtos industriais do pólo de desenvolvimento boliviano, nos termos e condições do Anexo 11.
3. O Governo da Bolívia compromete-se a vender e o Governo do Brasil compromete-se a comprar uma média de 240 MMPCD de gás natural durante um prazo de vinte (20) anos, nos termos e condições que forem oportunamente acordados entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS — e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - Y.P.F.B.

artigo V

Para a execução dos estudos previstos no Artigo 11, o Governo do Brasil financiará o Governo da Bolívia até um montante de dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América, em fundos de livre disponibilidade e conversibilidade, a uma taxa de juros de cinco por cento ao ano, pagáveis em quinze anos com três anos de carência.

Parágrafo único. O convênio deste financiamento se formalizará em um prazo máximo de trinta dias a partir do data de assinatura do presente Acordo.

artigo VI

Outros financiamentos do Governo do Brasil que eventualmente forem concedidos ao Governo da Bolívia para fins do presente Acordo, e que não estejam compreendidos nos termos e condições consignados no Artigo V e no Anexo I, serão acordados oportunamente entre os dois Governos.

artigo VII

Os Governos do Brasil e da Bolívia constituirão um "Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnico" para coordenar a cooperação e complementação industrial a que se refere o presente Acordo.

artigo VIII

Os Governos do Brasil e da Bolívia convêm em estudar, em uma fase posterior, a viabilidade econômica

da instalação, no pólo de desenvolvimento, de um complexo petroquímico para a fabricação de etileno e seus derivados, e a possibilidade de que o Brasil adquira estes produtos, e a possibilidade de condições que serão estabelecidas oportunamente.

artigo IX

Com o mesmo espírito de cooperação entre ambos os países, os Governos do Brasil e do Bolívia manifestam a intenção de ampliar os compromissos objeto deste Acordo e chegar a outros que sejam de interesse comum.

artigo X

Formam parte do presente Acordo:

- a) Anexo I — de cooperação e assistência financeira;
- b) Anexo 11 — de garantia de mercados Q estrutura de preços;
- c) Anexo 111 — de assistência técnica.

artigo XI

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos respectivos Instrumentos de Ratificação, e terá vigência até que as Partes Contratantes, mediante novo Acordo, adotem a decisão que estimarem conveniente.

Feito na cidade de Cochabamba, aos 22 dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e quatro, em quatro exemplares igualmente autênticos, dois na língua espanhola e dois na língua portuguesa.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Antonio F. Azeredo da Silveira

Pelo Governo da República da Bolívia

Alberto Guzmán Soriano

ANEXO I

cooperação e assistência financeira

Os Governos do Brasil e da Bolívia concordam em que o Governo da Bolívia poderá optar por ser assistido financeiramente pelo Governo do Brasil na implantação e execução harmônica e coordenada dos programas, projetos e obras de infra-estrutura previsto nos Artigos 11 e 111 do presente Acordo, nos seguintes condições:

- a) O Governo do Brasil compromete-se a financiar em sua totalidade as aquisições que efetue o Governo da Bolívia de equipamentos e serviços originários ou procedentes do Brasil. As taxas de juros e prazos de pagamento dos financiamentos serão iguais aos melhores que haja concedido o Governo do Brasil a outros países, na época da solicitação dos créditos correspondentes.

- b) o Governo do Brasil compromete-se a garantir o financiamento de até a metade do total das aquisições que efetue o Governo da Bolívia de equipamentos e serviços procedentes de terceiros países, destinados aos projetos e obras previstos no Artigo 11 do presente Acordo, a taxas de juros e prazos de pagamento prevalentes no mercado internacional à data da assinatura dos contratos pertinentes.
 - c) O Governo do Brasil compromete-se a financiar em moeda brasileira, por solicitação do Governo da Bolívia, os custos e serviços locais dos programas e projetos contemplados no presente Acordo, em montantes, taxas de juros e prazos de pagamento a serem estabelecidos.
 - d) Quanto ao financiamento da construção do trecho boliviano do gasoduto, o Governo do Brasil compromete-se a cooperar com o Governo da Bolívia na obtenção dos recursos necessários junto a organismos internacionais tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento.
- e) produção similar brasileira. Se variarem as condições de liberação atualmente vigentes, este compromisso será firme até uma quantidade máxima média de quinhentas (500) toneladas métricas diárias, pelo prazo de suprimento de gás natural ao Brasil.
 - f) que os compromissos brasileiros relativos a produtos siderúrgicos, fertilizantes nitrogenados e cimento tenham a mesma duração do fornecimento de gás natural boliviano ao Brasil (20 anos). A utilização total ou parcial dos referidos mercados será sempre opcional para a Bolívia, a qual dará ao Brasil pré-avisos mínimos de um ano.
 - g) garantir, para todos os produtos bolivianos adquiridos pelo Governo brasileiro que ingressem no Brasil como resultado deste Acordo, isenção total de gravames aduaneiros e um tratamento fiscal interno igual ao aplicado a produtos similares brasileiros.

B. O fornecimento de gás natural ao Brasil por parte da Bolívia dar-se-á em data definida pelo cronograma do gasoduto e dependerá da conclusão de todos os estudos, da demonstração da viabilidade dos projetos e da assinatura dos respectivos contratos relativos a mercados, preços, financiamento e assistência técnica dos projetos industriais constantes deste Acordo.

ANEXO 11

garantia de mercados e estrutura de preços

1. mercados

A. Nos termos dos Artigos 11, 111 e IV do presente Acordo, o Governo do Brasil compromete-se a:

- a) adquirir, a partir de 1978, as quantidades mínimas de cento e cinco mil (105.000) toneladas métricas anuais de ferro-esponja e cem mil (100.000) toneladas métricas anuais de laminados de aço não-planos.
- b) adquirir, a partir de 1981, as quantidades mínimas de duzentas e dez mil (210.000) toneladas métricas anuais de ferro-esponja e duzentas mil (200.000) toneladas métricas anuais de laminados de aço não-planos. Se o mercado brasileiro puder absorver quantidades adicionais de laminados de aço não-planos, o compromisso de compra de laminados não-planos ampliar-se-á, ademais, até o total de ferro-esponja antes indicado (210.000 toneladas métricas anuais) em forma de aço laminado. Também se prevê, em função da evolução do mercado brasileiro, a instalação de uma unidade adicional de redução para ferro-esponja.
- c) adquirir cem mil (100.000) toneladas métricas anuais de uréia produzida na Bolívia. Se o mercado brasileiro puder absorver quantidades adicionais, o compromisso de compra de uréia ampliar-se-á para adquirir até cem mil (100.000) toneladas métricas anuais adicionais de uréia produzida na Bolívia; ademais, a Bolívia poderá colocar no mercado brasileiro outras quantidades adicionais de uréia.
- d) manter a isenção de impostos de importação para cimento, na forma atualmente vigente, para que possa ser comercializado no mercado brasileiro em igualdade de condições com a

2. preços

Os Governos do Brasil e da Bolívia estão de acordo em que, no referente a: a) Siderurgia, os preços dos produtos laminados não-planos e de ferro-esponja serão estabelecidos em negociações posteriores à realização dos estudos de viabilidade e deverão ser competitivos no mercado brasileiro; b) Fertilizantes, o preço será equivalente ao preço CIF Santos da uréia importada de terceiros países para o produto posto em Corumbá; c) Gás natural, o preço, os critérios de sua correção e as demais condições do suprimento do gás serão fixados no contrato previsto no Artigo IV, inciso número 3, do presente Acordo. Nesta data, fica estabelecido que haverá revisões semestrais do preço, em função das flutuações internacionais dos preços dos hidrocarbonetos.

ANEXO 111

assistência técnica

Nos termos dos Artigos 11, 111 e IV do presente Acordo, os Governos do Brasil e da Bolívia concordam em que o Governo do Brasil proporcionará, na medida de suas possibilidades e por solicitação da Bolívia, cooperação técnica para a implantação dos projetos industriais que são contemplados neste Acordo, dentro do quadro Básico de Cooperação Técnica e Científica, datado de 10 de julho de 1973, nos campos da mineração de ferro, beneficiamento e preparação de minerais e siderurgia, consoante as seguintes modalidades:

- a) Informação tecnológica não-reembolsável referente aos seguintes aspectos: — planejamento,

realização de estudos, organização e administração de empresas, aquisição de equipamentos, construção e montagem de unidades industriais e execução de obras de infra-estrutura; — resultados obtidos no operação do indústria de mineração do ferro e em usinas siderúrgicas que utilizam gás natural como elemento reductor.

- b) Estudos e pesquisas em laboratórios e unidades industriais brasileiros.
 - c) Preparação e treinamento de pessoal: outorgo de bolsos de estudo e estágios remunerados no indústria de mineração do ferro e no siderurgia, relativos à organização e administração de empresas, construção e operação de unidades industriais e serviços. A preparação incluirá pessoal técnico de todos os níveis e seu treinamento prático em todos os campos.
- A Empresa Siderúrgico Boliviano S.A. — SIDERSA — apresentará oportunamente, através dos canais previstos, os programas de suas necessidades no matéria.

acordo de cooperação econômica

Texto da **Nota** entregue pelo **Chaneeler Azeredo da Silveira ao Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, G ene ral.de.Brigada Alberto Guzmán Soriano, na cidade de Cochabamba, em 22 de maio de 1974**

Senhor Ministro,

Tenho o honro de levar 00 conhecimento de Vossa Excelência que, no quadro do Trotado sobre Vinculação Rodoviário, de 4 de abril de 1972, e em atenção à solicitação do Governo boliviano, o Governo brasileiro propõe-se o ampliar de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) poro US\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de dólares dos Estados Unidos da América) o valor do crédito que lhe concedeu, mediante troca de Notas de 4 de abril de 1972.

2. O acréscimo resultante, no valor de US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) deverá ser utilizado poro a aquisição, no mercado brasileiro, de maquinaria, equipamento e sobressalentes destinados à execução de programas viários bolivianos de interesse paro os dois países.

3. Os termos e condições para ampliação do crédito de que trata a presente Noto serão estabelecidos em convênio a ser firmado pelos autoridades competentes dos dois países, no entendimento de que, em linhas gerais, prevalecerão os mesmos que foram acordados no Convênio de Crédito, de 16 de março de 1973, assinado entre o Banco do Brasil S.A. e o Servicio Nacional de Cominos, da Bolívia.

4. Se o Governo de Vossa Excelência estiver de acordo com o que precede, sua Noto de resposta e a presente constituirão um acordo imediatamente vigente entre nossos Governos.

Aproveito o oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alto consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

brasil e uruguai assinam acordo sobre o plano de operações do proieto de desenvolvimento da bacia da lagoa mirim

Notas **troeadas entre o Chaneeler Azeredo da Silveira e o Embaixador do Uruguai, Doutor Carlos Manini Rios, em 27 de maio de 1974**

nota brasileira

Senhor Embaixador,

Tendo em conta as Declarações Conjuntos formulados pelos Presidentes da República Federativo do Brasil e do República Oriental do Uruguai, em Brasília, no dia 5 de maio de 1969, e no Chul, em 11 de maio de 1970, e dando cumprimento às disposições da Ato de Conversações do Rio de Janeiro, de 8 de dezembro de 1961, 00 Acordo por troco de Notas de 26 de abril de 1963 e às Notas Complementares trocados em 5 de agosto de 1965, foi elaborado, pela Organi. zação das Noções Unidos para Agricultura e Alimenta. tação — FAO, e recebido por ambos os países, o Relatório Final do Projeto Regional, apresentado em 3 de maio de 1972, tendo sido, o 6 de julho de 1972, firmado, em Porto Alegre, acordo específico, entre os dois Governos interessados e a Organização das Noções Unidos, que aprovou o Plano de Operações do projeto de desenvolvimento do Bacia do Rio Jaguarão.

2. Chegado o essa fase dos trabalhos, parece-me de todo conveniência manter a referido Comissão Mista, conferindo-lhe novos finalidades, condizentes com o atual estágio do aproveitamento do Bacia da Lagoa Mirim, através do realização dos obras necessários ao desenvolvimento do área.

3. Com esse desejo e o propósito de consignar, tal como feito nos trocos de Notas anteriores, os caracterfsticas e atribuições do aludida Comissão Mista, tenho o honro de levar 00 conhecimento de Vossa Excelência que o Governo do República Federativa do Brasil está de pleno acordo com os seguintes pontos:

1. À Comissão Misto Brasileiro-Uruguaia, constitufda de acordo com o item 3 do parágrafo 1 dos Notas trocados entre os dois Governos, em 26 de abril de 1963, competirá o supervisão ("controle") dos obras e serviços conjuntos relativos 00 desenvolvimento integrado da área do Bacia do Lagoa Mirim.
2. Objetivando concretizar o primeira fase do aludido desenvolvimento, a Comissão Misto implementará os trabalhos referentes 00 projeto de desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão.
3. Poro o cumprimento de seus fins especflicos, a Comissão Mista disporá de capacidade jurídica e de autonomia técnico-financeira e administrativa, compatíveis com as respectivas legislações nacionais.
4. Os Governos de ambos os países tomarão os providências necessárias que visem à articulação do plano de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim com os demais planos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais de seus respectivos países.

5. A Comissão Mista deverá providenciar o contratação de pessoal e serviços que considere necessários ao desenvolvimento de suas atividades.
 6. As autoridades competentes de ambos os países outorgarão aos integrantes do Comissão Mista, e aos servidores munidos do carteiro de identificação fornecido pelo referido Comissão, todos os facilidades administrativos necessários ou úteis ao bom desempenho de suas funções, tendo em conto a necessidade decorrente do próprio natureza dos trabalhos do Comissão, de freqüentes cruzamentos do fronteira e de permanência em território do país de que não são nacionais. Iguais facilidades serão concedidos na região fronteira ao pessoal a serviço das Nações Unidas e dos empresas contratadas.
 7. As autoridades competentes de ambos os países concederão todos os facilidades para a livre circulação dos veículos e embarcações a serviço do Comissão Mista, quando utilizados no desempenho de suas atividades.
 8. As autoridades competentes de ambos os países concederão, outrossim, todos as facilidades para a livre circulação de equipamentos que o Comissão Mista venha a empregar em suas atividades.
 9. A fim de facilitar a execução dos dispositivos dos itens 7 e 8 acima, o Comissão Mista emitirá documento de identificação dos veículos e embarcações a seu serviço.
 10. Quando se tratar de cruzamento da fronteira dos equipamentos o que se refere o item 8, os Chefes de Seção, seus substitutos ou os Co-Diretores do Projeto emitirão, em cada caso, autorização para o respectivo movimentação, que especificará todos os dados referentes ao veículo ou embarcação, ao pessoal que os acompanha, e à natureza e destinação dos equipamentos.
 11. Os documentos a que se referem os itens 6, 9 e 10 obedecerão o modelos padronizados, aprovados pela Comissão Mista.
 12. Anualmente a Comissão Mista submeterá à aprovação de ambos os Governos, por intermédio de suas respectivas Seções, relatório de suas atividades.
 13. Cada Seção da Comissão Mista será responsável por suas próprias despesas. A cobertura das despesas que afetem simultaneamente os dois países será regulada pela Comissão Mista.
4. A presente Nota e a de Vossa Excelência, desta mesma data e idêntico teor, constituem Acordo entre nossos Governos, complementar aos atos internacionais acima referidos.
- Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Antonio f. Azaredo da Silvela

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

nota uruguiaia

Brasília, mayo 20 de 1974.

Señor Ministro:

Con gran satisfacción y con fundado optimismo recojo las palabras con que Su Excelencia ha tenido a bien destacar la importancia de este acto formal por el cual Uruguay y Brasil institucionalizan la permanencia de la Comisión Mixta de la Laguna Merin, como órgano supervisor de las obras conjuntas a realizarse en la Cuenca.

Señala Su Excelencia el ejemplar empeño de nuestros gobiernos, reiterado cotidianamente, de ampliar las áreas de convergencia entre los intereses nacionales de nuestros dos países. De ello es nua y concreta prueba esta decisión que ahora confirmamos.

En nombre de mi Gobierno reitero el interés de efectuar en general, obras comunes con el Brasil, y por lo pronto, de dar todos los pasos necesarios para construir el proyecto Yaguaron, coincidiendo con las manifestaciones formuladas por Su Excelencia, a fin de "pasar de inmediato a la construcción de esas obras, comenzando por este proyecto, en la pluralidad de sus aprovechamientos", con las importantes repercusiones económicas y sociales que habrá de tener, según Su Excelencia lo ha señalado.

Tuve la feliz oportunidad de participar de los trabajos de la Comisión Mixta desde 1908; y hoy, por una grata coincidencia, tengo la honra de representar a mi país en este acto solemne que confirma y da razón a aquellos trabajos y abre las puertas para las realizaciones inmediatas que son su consecuencia.

Si alguna vez encontramos contratiempos, sufrimos decepciones y aún desanimo, a lo largo de estos años, los frutos que hoy vemos próximos nos recompensan sobradamente. Por lo demás, en todo momento nos sostuvo no solamente el apoyo de nuestros gobiernos, sino también la íntima colaboración y la permanente comprensión nunca turbada, entre los ilustrados miembros brasileños y uruguayos de la **C.L.M.** en una demostración cabal de la posibilidad de llevar adelante ambiciosos planes de desarrollo en proyectos binacionales.

En esta oportunidad y en este caso, no hablaré de la laguna Merin y del Río Yaguarón, no puedo omitir una referencia histórica:

Fueron estas aguas, frontera pleiteada entre nuestras patrias, por causa de las condiciones en que las fijó entre España y Portugal el tratado de Badajoz de 1801, las cuales luego recayeron sobre la República Oriental; pero desde principios de este siglo se transformaron en claros y límpidas corrientes de una profunda amistad y vinculación, desde que, orientado por el gran Río Branco, el gobierno brasileño, decidió el condominio en 1909, y nuestros países firmaron el tratado de 16 de abril de 1910.

En esos tiempos, según refiere Luis Viana Filho en su admirable y tan humana "Vida del Barón de Río Branco", dijo éste el embajador argentino Ramón Cárcano:

"Já fiz o mapa do Brasil. Agora o meu objeto é contribuir para a união e a amizade dos países sul-americanos". Y a fe que se empeñó en cumplirlo.

Poco después, otro gran canciller brasileño, Louro Muller, completaba esa tarea con el tratado de condominio del arroyo San Miguel, de 7 de mayo de 1913. Algunos años más tarde, en el último día del año 1930, se inauguró el puente internacional que hermana la ciudad brasileña de Yaguaron con 10 uruguayos que lleva en nombre de Río Bronco en homenaje al ilustre Canciller — poniéndose de manifiesto, con un obro material, el propósito definitivo de hacer de estas fronteras, en vez de divisorios, medios poro una íntima vinculación entre los pueblos y poro el impulso del desarrollo común de 10 región en que ambos gobiernos están empeñados.

la creación de 10 Comisión Mixta poro el Desarrollo de la euenca de la laguna Merin, no fué sino una consecuencia evolutiva de este espíritu, con los mismos fines de cooperación binacional ya enunciados en el tratado de 1910.

Cuando ahora nuestros gobiernos ratifican su resolución de construir en el mas breve plano posible las obras hidroeléctricas aguas arriba del Yaguaron y ai mismo tiempo establecen un nuevo estatuto permanente para esta Comisión, corroboran la importancia del esfuerzo realizado hasta ahora y 10 trascendencia que le atribuyen para 10 futuro.

A mayor abundamiento, resulta del más vivo interés el propósito del Gobierno brasileño, que acaba de comunicarnos Su Excelencia, de celebrar en el más breve plazo, un tratado que dentro de un cuadro jurídico amplio y flexible que consagre los puntos básicos que deherán orientar no solamente el aprovechamiento común del Río Yaguaron sino también la mejor forma para unir nuestros esfuerzos a fin de implementar el desarrollo integrado de 10 euenca.

Tomo nota de esta intención que estimo sumamente constructiva y sugiero que de inmediato en nuestras respectivas Cancillerías se inicien los estudios liminares para la preparación de este Tratado.

Es con este género de actividad internacional que se enaltecen los Gobiernos que, en tiempos de tan desarreglados conflictos, temores y amenazas entre otras naciones, muestran esta decisión de colaborar en pacífico entendimiento, "agenos" — como recalco Su Excelencia — "o cualquier ambición, condenable y pequeña, que tienda sea a inútiles devaneos de hegemonía o preponderancia, sea a un imposible aislamiento, de por si anacrónico, en un mundo que exige, cada vez más, la superación de las divergencias; teniendo en vista, inclusive, la prosperidad solidaria de todos, preferimos dedicar 10 mejor de nuestra tenacidad y de nuestra imaginación creadora para este proyecto de integración y de cooperación cuyos resultados concretos nos estamos preparando a recoger".

Al solemnizar esta nueva etapa de fraternal colaboración en la frontera fluvial entre Uruguay y Brasil, me es muy grato señalar ai señor Canciller que estamos continuando una tarea iniciada hace cerca de setenta años, con el tratado de 1910.

Carlos Manini Rios
Embajador de la República Oriental del Uruguay

brasil e república federal da alemanha firmam acordo para evitar a dupla tributação de renda

Um acordo para evitar a dupla tributação de renda entre o Brasil e a Alemanha foi firmado, em nível técnico, no Ministério das Relações Exteriores em Brasília, a 14 de junho de 1974, pelos Senhores Helmut Debatin, Subsecretário-Geral para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda da República Federal da Alemanha, e Francisco Neves Dornelles, Presidente da Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil

Os objetivos do acordo são os seguintes:

- a) incrementar o fluxo de novos investimentos alemães para o Brasil e o reinvestimento de lucros de empresas alemãs que já operam no país;
- b) reduzir para as empresas brasileiras o custo do dinheiro e da tecnologia importados da Alemanha;
- c) permitir que as subsidiárias de empresas alemãs no Brasil participem dos programas de incentivos fiscais regionais e setoriais estabelecidos pela legislação brasileira, inclusive os de exportação, impedindo que esses incentivos sejam anulados pela legislação tributária alemã;
- d) permitir que as empresas brasileiras mantenham na Alemanha, isentas de imposto de renda, escritórios, armazéns e depósitos para a exportação de produtos brasileiros;
- e) facilitar a exportação da tecnologia brasileira para a Alemanha.

Para que tais objetivos possam ser atingidos foram inseridas no acordo cláusulas que:

- a) isentam de imposto na Alemanha as dividendos derivados do Brasil;
- b) reduzem na Alemanha o imposto sobre os juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos efetuados a empresas brasileiras, bem como sobre os juros dos títulos da dívida pública brasileira;
- c) reduzem na Alemanha o imposto sobre os rendimentos de assistência técnica prestada por empresas alemãs a empresas no Brasil;
- d) eliminam na Alemanha o imposto incidente sobre estabelecimentos permanentes de empresas brasileiras constituídos naquele país para a exportação de produtos brasileiros.

O imposto brasileiro sobre dividendos pagos a domiciliados na Alemanha será reduzido para 15%, a partir de 1.º de janeiro de 1978; e o imposto sobre royalties e sobre juros será reduzido para 15%, a partir respectivamente, de 1.º de janeiro de 1976 e 1977. O acordo constituirá um importante instrumento para o incremento do fluxo de capitais da Alemanha para o Brasil, devendo ter um impacto altamente positivo para o Balanço de Pagamentos Brasil-Alemanha.

convênio itamaraty.senai

Convênio assinado entre o Ministro Azeredo da Silveira, pelo Ministério das Relações Exteriores, e Tomaz Pompeu Brasil Neto, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em Brasília, no dia 27 de junho de 1974

Desejosos de colaborar no estabelecimento de um programa brasileiro de cooperação técnica ao exterior;

Conscientes de que o Brasil tem condições de prestar assistência técnica no campo de atuação do SENAI; Interessados em estabelecer uma estrutura adequada para a prestação eficaz de assistência técnica aos países que a solicitarem;

Resolvem firmar o presente Convênio de colaboração, em que definem as atribuições específicas que, de parte a parte, lhes corresponderão neste empreendimento.

cláusula 1

O Ministério das Relações Exteriores e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) examinarão conjuntamente as solicitações de assistência técnica no campo de atuação do SENAI, recebidas de países estrangeiros. Caberá ao Ministério das Relações Exteriores examinar essas solicitações do ponto de vista de sua compatibilidade com os objetivos da política externa brasileira, e ao SENAI avaliar sua qualidade técnica e verificar se possui condições para executá-las.

cláusula 2

A assistência técnica objeto do presente Convênio poderá consistir no seguinte:

- a) organização de viagens de estudos ao Brasil para representantes de alto nível das entidades incumbidas do aperfeiçoamento de mão-de-obra de países estrangeiros;
- b) estágios nos estabelecimentos do sistema do SENAI;
- c) coordenação de programas de estágios em empresas brasileiras para engenheiros, especialistas e técnicos de países estrangeiros;
- d) envio de especialistas do SENAI para assessorarem Governos estrangeiros na formulação de programas de habilitação de mão-de-obra ou outras atividades afins;
- e) qualquer outra forma de assistência técnica considerada exequível.

cláusula 3

O Ministério das Relações Exteriores e o SENAI prepararão, com a necessária antecedência, e com base nas solicitações recebidas de países estrangeiros, um programa anual de cooperação técnica no campo de atuação específica do SENAI, com o objetivo de incluir a

previsão dos recursos correspondentes nos respectivos orçamentos.

cláusula 4

Uma vez aprovada uma solicitação de assistência técnica, o Ministério das Relações Exteriores e o SENAI definirão, de comum acordo, a repartição das respectivas responsabilidades na execução e no custeio do programa. Quanto ao custeio, caberá, em princípio, ao Ministério das Relações Exteriores o pagamento das passagens internacionais e internas dos visitantes e estagiários estrangeiros, bem como as passagens internacionais e as diárias dos técnicos do SENAI em missão de assistência técnica no exterior. Incumbirão ao SENAI, em princípio, as despesas com a organização dos programas, bem como a manutenção no Brasil dos visitantes e estagiários estrangeiros.

cláusula 5

Caso a solicitação de assistência técnica por parte de um Governo estrangeiro exija o concurso de outros órgãos governamentais para o seu atendimento, o Ministério das Relações Exteriores convidará esses órgãos a, juntamente com o SENAI, examinar a forma de prestação da assistência solicitada e a acertar as condições para a participação conjunta no programa.

cláusula 6

Se o SENAI julgar conveniente, o Ministério das Relações Exteriores poderá solicitar o concurso de organismos internacionais que prestam assistência técnica para participarem no atendimento de um pedido de assistência técnica formulado por um país estrangeiro. O Ministério das Relações Exteriores procurará, igualmente, com a concordância prévia do SENAI, colocar à disposição de organismos internacionais que prestam cooperação técnica, técnicos do SENAI para participarem dos projetos e programas de assistência técnica no campo da formação profissional a outros países.

cláusula 7

O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, por prazo indeterminado, podendo ser modificado por acordo mútuo ou rescindido por solicitação de qualquer das duas Partes.

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira por ocasião do almoço oferecido, no Palácio Itamaraty, ao Embaixador William O. Eberle, Representante do Presidente Nixon Williams para as negociações sobre comércio no âmbito do GAN, em 24 de abril de 1974

"Reconhecemos a tradição ocidental comum de nossos países e nossa vocação para uma harmonização e cooperação ampla em nossas relações bilaterais e internacionais. Reconhecemos, da mesma maneira, que a aproximação e a harmonização da atuação de nossos países no cenário mundial têm de ser um processo natural, através de convergência de nossas posições nacionais, e dos interesses que nos são vitais, e não através de um processo de alinhamento automático." "Creio que ambos os nossos países compartilham, no presente momento, sérias preocupações sobre o bem-estar econômico mundial, e desejamos, de igual forma, encontrar soluções satisfatórias para os problemas sérios que ameaçam esse bem-estar. Os recentes abalos econômicos que atingiram a comunidade de nações, nos terrenos monetário e de abastecimento de matérias-primas, não só levantaram o espectro de uma grave e talvez inédita crise mundial econômica, mas também comprovaram irreversivelmente a necessidade premente de se modificarem as atuais estruturas das relações econômicas internacionais, principalmente nas áreas do comércio e monetária."

"Essa reforma da estrutura econômica mundial é algo pelo qual o Brasil — e os países em desenvolvimento em geral — se vêm batendo por muito tempo. Enquanto a antiga ordem econômica, forjada nos anos imediatamente após a 1ª Guerra Mundial, se fundamentava numa falsa premissa de tratamento igual para parceiros econômicos desiguais, essa nova ordem, conforme tive oportunidade de assinalar recentemente na Assembléia Geral da OEA, tem de basear-se num princípio de maior justiça e equidade, que preveja um tratamento desigual para parceiros desiguais."

"No terreno comercial, a Declaração de Tóquio, que inaugurou as Negociações Comerciais Multilaterais, acolheu essa premissa, ao prever a concessão de vantagens adicionais para os países em desenvolvimento através de um tratamento diferenciado e mais favorável. Resta agora transformar esses princípios em meios operativos destinados a impulsionar o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e assegurar maior estabilidade e bem-estar mundiais."

"Na recente Conferência dos Chanceleres em Washington, acolhi com imensa satisfação a declaração do Secretário de Estado Kissinger, no sentido de reafirmar os compromissos assumidos pelos Estados Unidos em questões de comércio, e de buscar uma maior harmonização de posições sobre esses problemas, essenciais para nós todos. Creio, porém, e desejo ressaltá-lo,

que será igualmente essencial resolver as divergências que nos separam dos Estados Unidos nessas questões, antes de poder alcançar uma autêntica harmonização de posições. Espero seja esta sua visita, Senhor Embaixador, o primeiro passo nesse sentido."

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, no almoço oferecido a o General Carlos Galvão de Meio, membro da Junta de Salvação Nacional de Portugal e ao Major Vicente Rodrigues Alves, Conselheiro de Estado, em 14 de junho de 1974

"Os laços especiais que unem Portugal e Brasil não permitem, como mencionei, que nossa amizade seja circunstancial e retórica. mencionei, Mas os episódios da história podem permitir que ela seja mais expressiva e produtiva. Cremos que este é o desafio que se nos oferece neste momento. Acreditamos que passaram a existir entre nossas pátrias irmãs maiores coincidências globais na maneira de apreciar os problemas de interesse geral, no mundo interdependente em que vivemos. E é preciso que saibamos viver de forma construtiva essa oportunidade."

Temos presente neste almoço de confraternização um conviva invisível. Presente porque está na mente de todos nós, brasileiros e portugueses. Não quero deixar de mencioná-lo porque calar poderia ser tão significativo quanto falar. Mas o silêncio poderia ser mais difícil de interpretar."

Refiro-me, evidentemente, à África e ao seu povo, principalmente aos que na África se sentem ligados a Portugal da maneira como outrora, nesta parte da América, se sentiam ligados a Portugal os que fizeram do Brasil a pátria do povo brasileiro."

"O Brasil acompanha com interesse o que acontece em Portugal e os desenvolvimentos relativos a suas relações com os povos africanos. Não poderia ser de outra forma, pela fraternidade histórica que nos une nos três continentes."

Do discurso de Ministro de Estado Azeredo da Silveira, no almoço de despedida oferecido ao Embaixador Serguei S. Mikhailov, da URSS, em 19 de junho de 1974

"O intercâmbio comercial entre a União Soviética e o Brasil triplicou durante os últimos nove anos e são promissoras as tendências para o futuro próximo. Mesmo assim, porém, ainda está longe de corresponder ao potencial real dos dois países. Desenvolvê-lo foi uma obra à qual Vossa Excelência dedicou um esforço constante, a cujos resultados o seu nome ficará certamente associado. Na verdade, bem sabemos, hoje, que esse esforço não foi feito em vão, para mútuo benefício de nossas grandes Nações."

O trabalho de Vossa Excelência, consciente e paciente, nós o podemos apreciar desde os protocolos Patolichev e Alkimov-Valente, de 1966 a 1969, protocolos respectivamente,

que, mesmo sem receber a implementação que mereciam, constituíram instrumentos apreciáveis para o desenvolvimento harmonioso do comércio entre nossos países."

"Várias ocorrências marcaram a presença de Vossa Excelência no Brasil: a abertura do Escritório Comercial da União Soviética em São Paulo; a reunião da 2.a Comissão Mista Brasil—União Soviética, no Rio de Janeiro, em 1968; o Acordo de 1969, que instituiu o regime de pagamentos em moeda conversível; a I.a Exposição Soviética da Indústria e Comércio, conversível; realizada em São Paulo, em 1973."

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, por ocasião do almoço oferecido ao Ministro do Petróleo da Líbia, do almoço Senhor Ezxedin Ai-Mabruk, em 21 de junho de 1974

"São recentes as visitas recíprocas de Missões especiais, em alto nível, com o propósito de ampliar e diversificar o intercâmbio, entre as nossas nações, nos mais variados setores. A acolhida dispensada por Vossa Excelência à Missão brasileira, que visitou Trípoli, em novembro do ano passado, garantiu-lhe um êxito promissor e permitiu que avançássemos na concretização de acordos que certamente irão marcar a associação dos dois países em empreendimentos mutuamente vantajosos."

"Creio existir entre os dois países uma grande aproximação de pontos de vista a respeito de algumas questões básicas, de pontos como a referente a respeito do direito natural de cada país à plena utilização dos seus recursos naturais."

Estou, igualmente, persuadido, Senhor Ministro, de que se abrem, com a visita de Vossa Excelência, novas perspectivas para uma fecunda cooperação entre o Brasil e a Líbia. Esta cooperação não se esgota no aproveitamento das potencialidades do intercâmbio comercial e financeiro. Pode e deve estender-se, naturalmente, a todos os interesses comuns que nos cabe defender."

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, por ocasião do almoço oferecido ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Senhor Donald R. Willesee, no Palácio Itamaraty, em 27 de junho de 1974

"O Brasil e a Austrália estão separados por longas distâncias. As circunstâncias de nossas evoluções sócio-culturais são as mais distintas. Os contactos de toda ordem entre brasileiros e australianos são esparsos. Nada disso, porém, tem constituído obstáculo a que as afinidades que encontramos entre nós se tenham traduzido em uma aproximação constante de

nossos Governos. No plano multilateral, temos tido a oportunidade de uma cooperação fecunda em busca de soluções para os problemas da paz e do desenvolvimento geral, econômico e social. No plano bilateral, temos estreitado as nossas relações, buscando maior conhecimento recíproco, expandindo o nosso comércio e explorando novas oportunidades de cooperação econômica. Destaco, nesse sentido, duas iniciativas que bem revelam as possibilidades multiformes dessa cooperação no benefício recíproco. Refiro-me, primeiramente, aos esforços do novo Governo australiano e do Governo brasileiro no sentido de buscar o ordenamento do mercado para produtos de interesse comum, em especial o da comercialização de matérias-primas não-renováveis, como o minério de ferro. Estão ambos os nossos Governos convencidos de que uma política de estreita cooperação nesse terreno é a que melhor consulta os interesses superiores de nossas nações. A segunda iniciativa a que desejo referir-me é a que tem por objetivo aprofundar o conhecimento de oportunidades para empreendimentos industriais comuns, como a vinda ao Brasil, no mês de maio, da missão exploratória de investimentos da Austrália."

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, por ocasião da assinatura do Convênio Itamaraty—SENAI, sobre a Prestação de Cooperação Técnica ao Exterior, no Palácio Itamaraty, em 27 de junho de 1974

"Compreendemos que não há desenvolvimento interno sem um correspondente aumento das responsabilidades no plano das relações exteriores, onde se projetam inelutavelmente os interesses nacionais. Para o Brasil, essa projeção se insere num contexto de cooperação, pois acreditamos, sem hesitação, que não há paz duradoura sem o progresso harmônico dos povos. Da mesma forma, acreditamos que esse progresso harmônico não é alcançável sem um genuíno esforço para superar impulsos egoístas de isolamento ou de preponderância. Sinto-me orgulhoso de pertencer a um país que sempre teve nítida essa compreensão de que o interesse esclarecido da nação mede-se em termos de sua própria generosidade."

"Desde a elaboração dos primeiros programas de prestação brasileira de cooperação técnica, o Ministro das Relações Exteriores tem recorrido inúmeras vezes aos serviços do SENAI, sempre que se tratou de cooperação na área do aperfeiçoamento profissional. Assim, solicitamos estágios de treinamento para técnicos latino-americanos e africanos em oficinas do SENAI ou em indústrias brasileiras, e convidamos peritos do SENAI a se deslocarem para o exterior a fim de assessorar Governos estrangeiros. Desejo ressaltar que o Itamaraty sempre encontrou no SENAI um colaborador extraordinariamente prestativo e eficiente."

150.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os estados unidos da américa e o brasil

do Presidente Ernesto Geisel, do Brasil, ao Presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos da América, em 28 de maio de 1974

Senhor Presidente

Sua mensagem de 26 de maio, por ocasião do transcurso do sesquicentenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Brasil, rememora que o Governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro a conceder reconhecimento ao primeiro Governo do Brasil como nação independente. ~me grato assinalar que, desde então, nossos povos e nossos Governos constata nentemente se encontraram na busca de objetivos similares e, por isso mesmo, cooperando em estreita associação.

Meu Governo tem a esperança de que esses laços de amizade e de cooperação continuarão a ser reforçados para o benefício de nossos países e, como Vossa Excelência assinalou, para a causa da paz e do progresso entre os povos de todo o mun~o.

Atenciosamente,
Ernesto Geisel

Presidente da República Federativa do Brasil

do Secretário de Estado Norte-Americano, Henry A. Kissinger ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, em 26 de maio de 1974

Senhor Ministro

Tenho grande prazer em assinalar que no dia 26 de maio comemoramos o 150.º aniversário do estabelecimento de relações formais entre nossos dois países. Ao comemorar essa data envio-lhe os meus melhores votos de felicidade.

Nesta era de crescente interdependência entre as nações, é para mim oportuno e gratificante relembrar a época em que nossos dois povos, então recentemente independentes, seguiram seu destino comum. Países verdadeiramente independentes como os nossos, trabalhando em conjunto e em espírito de associação, estarão aptos a atingir o tipo de cooperação que tão urgentemente necessitamos neste hemisfério e no mundo.

Henry A. Kissinger
Secretário de Estado dos Estados Unidos da América

do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira ao Secretário de Estado Norte-Americano, Henry A. Kissinger, em 28 de maio de 1974

Senhor Secretário

Foi com satisfação que recebi, em 26 de maio, a mensagem de Vossa Excelência relativa ao sesquicentenário do estabelecimento de relações formais entre nossos dois países.

Revedo a história de nossas relações no correr desse longo período, é-me grato notar que nossas duas Nações encontraram inúmeras ocasiões de trabalhar em íntima cooperação. Estou certo de que, no futuro, assim como o foram no passado, muitas serão as áreas de convergência de nossos interesses nacionais e de que o espírito de associação a que Vossa Excelência se referiu em sua carta prevalecerá em nossas relações.

Muito cordialmente,
Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

11.º aniversário da organização da unidade africana

do Presidente Ernesto Geisel, do Brasil, ao General lakubu Gowon, Presidente da Unidade Africana, em 29 de maio de 1974

Neste mês, em que se celebra mais um aniversário da Organização da Unidade Africana, quero congratular-me com Vossa Excelência, em sua qualidade de Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo Africanos, pelo êxito com que essa Organização tem promovido os ideais de paz e desenvolvimento, aspirações que igualmente animam o povo brasileiro em sua busca por uma fraterna cooperação entre as nações.

Cordiais saudações.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, ao Doutor Okoi Arikpo, Minis. tro dos Negócios Exteriores da República da Nigéria, em 29 de maio de 1974

A celebração do 11.º aniversário da Organização da Unidade Africana, pela qual me congratulo com Vossa Excelência, representa um marco de alto significado

para um continente cõscio do papel que lhe cabe no mundo de hoje. O empenho e as deliberações das Nações irmãs da África no fortalecimento de sua organização continental são acompanhados com especial interesse pelo Brasil, parceiro do mesmo empenho pela paz e pelo desenvolvimento, firmado na dignidade do homem e na convivência fraternal dos povos. Minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das
Relações Exteriores do Brasil

do Doutor Okoi Arikpo, Ministro dos Negócios Exteriores da República da Nigéria, ao Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 5 de junho de 1974

Caro colega

Tenho o prazer de acusar recebimento de seu caloroso telegrama de 29 de maio de 1974, congratulando-me por ocasião do undécimo aniversário da OUA.

Senhor Ministro, desejo assegurar-lhe que compartilho seus sentimentos e desejos expressos em seu telegrama. ~ nossa esperança a de que o espírito de amor fraternal que guia a Organização continental ultrapassará as fronteiras deste Continente. ~ nosso ardente anseio que o mundo atual de interdependência, de respeito pela dignidade e valores humanos venha a promover cada vez mais as relações e a cooperação internacionais para o desenvolvimento total da humanidade.

Senhor Ministro, permita-me, por seu intermédio, expressar meu sincero e caloroso apreço pelos nossos irmãos do Brasil e, particularmente, pelo Governo brasileiro, por terem feito de minha última visita uma valiosa e memorável experiência.

Rogo-lhe aceitar, Excelência, minhas saudações fraternais e a garantia de minha mais alta consideração.

Okoi Arikpo
Ministro dos Negócios Exteriores
da República da Nigéria

oua pede ajuda ao brasil

Em 4 de junho de 1974, o Itamaraty distribuiu a seguinte Nota oficial:

"Na sexta-feira pasada, dia 31 de moio, foi recebida no Itamaraty uma comunicação na qual a Organização da Unidade Africana solicitou do Governo brasileiro que, como amigo de Portugal, exerça sua influência junto ao novo Governo português em favor da concessão da independência de Moçambique e de Angola e do reconhecimento da República de Guiné-Bissau. Em atenção a este pedido, o Governo brasileiro deu conhecimento ao Governo português, pelos canais diplomáticos competentes, do texto da referida comunicação."

problema português na áfrica: brasil define posição

Em 8 de junho de 1974, o Itamaraty, através de sua Assessoria de Imprensa, definiu a posição do Governo brasileiro em relação aos territórios portugueses na África, com a seguinte nota distribuída à Imprensa: "Dada a evolução do problema, considera o Governo brasileiro ser este o momento oportuno para tornar

pública a sua posição em relação aos territórios portugueses na África e que é a seguinte:

I — Os laços especiais de amizade que unem o Brasil a Portugal e a todas as Nações africanas, e, de modo particular, o natural interesse do povo brasileiro pelo destino dos povos irmãos dos territórios sob administração portuguesa na África, evidentemente colocam o Governo brasileiro no dever de colaborar para o encontro de uma solução que assegure o destino a que esses povos têm direito na comunidade das Nações.

II — O Governo brasileiro está convencido de que as circunstâncias que se criaram em relação ao problema português na Africa poderão ensejar uma solução pacífica, que assegure o respeito às legítimas aspirações dos povos interessados.

III — O Brasil condena toda política de caráter colonialista ou racista. Por isso, tem sempre repudiado soluções desse tipo, taxativamente condenadas, com o apoio do Brasil, nos foros internacionais.

IV — O Governo brasileiro não aspira a exercer mediação, e, por isso, não a oferece. Está, contudo, preparado para prestar toda a colaboração que lhe seja solicitada pelas partes interessadas às quais o Brasil se sente ligado pela história, pela raça e pela cultura."

cooperação lírio-brasileira

Chefiada pelo Coronel Hamed Belkacem visitou o Brasil, em março, missão de autoridades líbias. Veio conhecer aspectos da experiência de desenvolvimento do Brasil e inteirar-se de seu potencial econômico. Depois de observar os principais centros industriais do país, esteve em Brasília tendo sido recebida no Ministério das Relações Exteriores.

A vinda ao Brasil dos autoridades líbias representa passo de grande importância, no sentido de maior cooperação líbio-brasileira.

lapan airlines vai operar no brasil e varig pode aumentar freqüência semanal para tóquio

Na Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil—Japão, realizada no Rio de Janeiro de 20 a 22 de maio, as Delegações do Brasil e do Japão examinaram todos os aspectos das relações aeronáuticas entre os dois países e, ao concluírem seus trabalhos, decidiram que a empresa "Japan Airlines — JAL" iniciará seus serviços para o Brasil, num futuro próximo, pela rota do Pacífico Sul. Por sua vez, a VARIG poderá operar uma quarta freqüência semanal para Tóquio, a partir de setembro de 1974.

brasil examina implantação de transporte intermodal

Em 21 de junho, realizou-se, no Itamaraty, em Brasília, reunião do Grupo de Trabalho Interministerial, integrado por representantes dos Ministérios dos Transportes, Fazenda, Marinha, Indústria e Comércio e da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, a fim de examinar os problemas concernentes à implantação de transporte intermodal, ou seja, aquele que abrange o transporte de mercadorias por mais de um tipo de transporte. A introdução dos sistemas de unitização de carga, em particular dos "containers", facilitou a operação de transporte intermodal, uma vez que permitem sua utilização por qualquer modalidade de transporte. O transporte intermodal está a exigir uma legislação e prática uniformes, sobretudo no que tange aos aspectos de responsabilidade e documentação, em substituição à pletora atual de leis internacionais e na-

cionais. Por isso, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) solicitou à UNCTAD que criasse um Grupo Intergovernamental com a finalidade de elaborar um projeto de Convenção sobre Transporte Internacional Intermodal, a ser submetido à Conferência Plenipotenciária, convocado pela ONU.

A primeira sessão desse Grupo Intergovernamental realizou-se, de 21 de outubro a 2 de novembro de 1973, em Genebra; a segunda terá lugar, na mesma cidade, de 11 a 29 de novembro de 1974; e a terceira e última, antes da Plenipotenciária, de 25 de julho a 15 de agosto de 1975.

A participação brasileira nos foros internacionais onde a matéria vem sendo objeto de exame está sendo coordenada pelo Itamaraty, desde 1970, através de contatos periódicos com os diversos órgãos governamentais e privados.

embaixador da colômbia no méxico nega noticiário sobre afirmações suas referentes ao brasil

Com referência às declarações que o Embaixador da Colômbia no México, Sr. Alvaro Uribe, teria feito e que foram objeto de recente noticiário na Imprensa, o Senhor Geraldo de Carvalho Silos, Embaixador do Brasil naquele país, recebeu, no dia 30 de maio de 1974, carta datada de 27 do mesmo mês, na qual o diplomata colombiano declara:

"Em nenhum parágrafo (do que foi publicado na referida entrevista) aparece que eu me tivesse referido ao Brasil como potência imperialista do Século XX". E ainda: "Não me referi, em momento algum, à atual política internacional do Brasil, país vizinho da Colômbia, com o qual mantemos *ai* melhores relações e cujo Governo tem efetuado muitos atos de cooperação com o Governo de meu país, do que é testemunho o tratamento da exportação de café, realizado por nossos dois países em perfeita consonância, que tem apresentado como consequência, o melhor dos êxitos. Junto à presente, minha informação sobre o Pacto Andino ou Acordo de Cartagena, por mim apresentada ao Senado da Colômbia como Senador-relator, e em cujas páginas 15 e 16 se encontram consignadas minhas opiniões sobre o desenvolvimento brasileiro, escritas em principio da ano passado, as quais são testemunho prévio de minha amizade e admiração pelo povo brasileiro e pelo Brasil."

Índice

diretrizes do governo geisel. discurso do presidente da república na primeira reunião ministerial	7
presidente geisel visita bolívia. texto da saudação ao presidente hugo banzer	17
a melhor tradição do itamaraty é saber renovar-se. discurso de posse do ministro de estado das relações exteriores, antonio francisco azeredo da silveira	19
objetivos da revolução na política exterior. pronunciamento do ministro de estado a uma cadeia nacional de rádio e televisão	23
chanceler brasileiro na oea. discurso pronunciado em atlanta perante a IV assembléia da oea	25
azeredo da silveira saúda novos diplomatas. discurso do ministro de estado das relações exteriores por ocasião de formatura da turma de 1973 do instituto rio-branco	29
importância do projeto lagoa mirim. discurso do ministro azeredo da silveira quando da assinatura do "acordo sobre o plano de operações do projeto de desenvolvimento da lagoa mirim"	33
chanceler brasileiro prega maior cooperação entre países do prata. pronunciamento do ministro de estado no plenário da VI reunião de chanceleres da bacia do prata	35
chanceler brasileiro agradece homenagem do governo argentino. discurso do ministro de estado ao receber as insígnias da "grã-cruz" da ordem do libertador general san martin"	39
políticos e diplomatas: o diálogo indispensável. discurso do ministro de estado na sessão conjunta das comissões de relações exteriores do senado federal e da câmara dos deputados	41
brasil defende 200 milhas. texto da intervenção do delegado do brasil no debate da 111 conferência das nações unidas sobre o direito do mar	45

relações diplomáticas	49
relações comerciais	51
tratados, acordos e convênios	
acordo sobre fornecimento de materiais a itaipu	55
brasil e bolívia firmam acordos	
acordo de cooperação e complementação industrial	56
acordo de cooperação econômica	59
brasil e uruguaí assinam acordo sobre o plano de operações do projeto de desenvolvimento da bacia da lagoa mirim	59
brasil e república federal da alemanha firmam acordo para evitar a dupla tributação de renda	6 ¹
convênio itamaraty-senai	61
excertos e ênfases	63
mensagens	
150.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os estados unidos da américa e o brasil	65
11.º aniversário da organização da unidade africana	65
notas	67
notícias	69



